

Banco Panamericano S.A.

Demonstrações Financeiras – 1º Semestre de 2011

10 de Agosto de 2011

Banco Panamericano S.A.

Relatório da Administração – 1S11

10 de Agosto de 2011

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Panamericano S.A. (“Panamericano” ou “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativos ao semestre encerrado em 30 de junho de 2011, acompanhados do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, foram descobertas irregularidades e inconsistências contábeis no Banco que não permitiam que suas demonstrações financeiras até então publicadas refletissem sua real situação patrimonial. Assim, dada a inviabilidade de se reconstituir, de forma apropriada, as demonstrações financeiras anteriores a novembro de 2010, a Administração que assumiu suas funções naquela data não encontrou alternativa que não a de estabelecer uma nova base contábil confiável, através da elaboração de um “balanço patrimonial especial de abertura”, com informações obtidas por meio de um levantamento completo de todos os direitos e obrigações da Companhia em 30 de novembro de 2010.

Como consequência, as informações trimestrais de 2011, bem como as demonstrações financeiras do semestre e do exercício terminados, respectivamente, em 30 de junho e 31 de dezembro de 2011, estarão prejudicadas em relação à sua comparabilidade com as demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de janeiro de 2011, o Grupo Sílvio Santos (“GSS”), então acionista controlador do Panamericano, através da Sílvio Santos Participações S.A. (“SSP”) e da BF Utilidades Domésticas Ltda. (“BF”), celebrou com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações da Companhia de titularidade do GSS pelo preço de R\$450 milhões, corrigidos a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento por 110% da Taxa DI. O efetivo pagamento poderá ser feito a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando o valor a ser pago limitado à importância máxima de R\$3,8 bilhões. Na mesma data, o BTG Pactual e a Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”) celebraram novo acordo de acionistas do Panamericano, com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle, incluindo a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das principais condições do acordo anterior.

Outras medidas firmadas no mês de janeiro de 2011 afetaram positivamente a estrutura de liquidez e o capital regulatório da Companhia. O escopo destas medidas incluiu, entre outras, a cessão de créditos sem coobrigação no montante aproximado de R\$3,5 bilhões.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (“Bacen”) manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle da Companhia, com a entrada do BTG Pactual em lugar da SSP e BF.

Nos dias 04 e 25 de maio de 2011, o Bacen aprovou as eleições dos diretores ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 05 e 27 de abril de 2011, respectivamente. Dessa forma, os Srs. José Luiz Acar Pedro (como Diretor Superintendente), Eduardo Nogueira Domeque, Iuri Rapoport, Leandro de Azambuja Micotti, Paulo Alexandre da Graça Cunha, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa e Willy Otto Jordan Neto passaram a integrar a Diretoria da Companhia, junto com o Sr. Eliel Teixeira de Almeida. Deixaram de exercer os cargos de

diretores da Companhia os Srs. Celso Antunes da Costa, Celso Zanin, Ivan Dumont Silva, José Alfredo Lattaro, José Henrique Marques da Cruz, Mário Ferreira Neto e Raphael Rezende Neto.

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011.

ACORDO OPERACIONAL

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Panamericano e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal de adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações serão realizadas em condições de mercado.

O Acordo Operacional anterior, firmado pela Caixa e pelo Panamericano em 26 de julho de 2010, que estabelece regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições, permanece válido em suas condições. Seu objetivo de criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação do portfólio de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros, continuará a ser perseguido.

AMBIENTE ECONÔMICO

Estimamos que o PIB tenha registrado um crescimento de 1% no 2º trimestre de 2011, com ligeira moderação em relação ao ritmo do trimestre anterior, quando foi registrada uma alta de 1,3%. Mesmo diante de condições mais desfavoráveis no mercado de crédito e de alguma moderação da confiança empresarial, a demanda privada nos parece seguir em níveis elevados, ancorando-se no ainda forte desempenho do mercado de trabalho. Nesse contexto, as vendas no varejo ampliado tiveram outro trimestre de expansão significativa. Por outro lado, a produção industrial tem apresentado um desempenho mais errático, mesmo após vários meses de relativa estabilidade. O desempenho industrial é fruto de um ambiente heterogêneo, relacionado ao acúmulo de estoques excessivos e crescente competição devido à apreciação da taxa de câmbio real em alguns setores e níveis ainda historicamente elevados de utilização de capacidade e escassez de mão de obra em outros. Por fim, os investimentos também devem ter tido um período de moderado crescimento no trimestre, segundo indicadores preliminares.

A inflação apresentou acomodação no 2º trimestre, fruto do comportamento mais favorável da alimentação e de moderação nos reajustes de preços administrados, em particular das tarifas de transporte público. A inflação de serviços também desacelerou no trimestre, mas permaneceu elevada em termos históricos, assim como ocorreu no caso das medidas de núcleos. Adicionalmente, a inflação cheia ainda deve acelerar no acumulado em 12 meses até meados do 3º trimestre, quando importantes categorias de trabalhadores estarão negociando seus reajustes salariais anuais. Nas contas externas, as expectativas mais negativas para o déficit em conta-corrente de 2011 não têm sido confirmadas, fruto do saldo comercial mais robusto que o esperado. Além disso, os fluxos prosseguem

em ritmo abundante pelas principais fontes de financiamento do balanço de pagamentos. Diante desse quadro, o real apreciou-se frente ao dólar, passando de R\$1,63/US\$ no final do 1º trimestre para R\$1,56/US\$ no fim do 2º trimestre, ainda sustentado por termos de troca historicamente favoráveis e níveis relativamente baixos do risco-país, mesmo diante de um quadro internacional turbulento.

O controle da inflação continua sendo o tema dominante na agenda econômica. O Banco Central tomou mais medidas a fim de amortecer a expansão do crédito e elevou a taxa Selic em 50 pontos-base. Em nosso cenário base, continuamos acreditando que após a elevação em julho, a taxa Selic se mantenha em 12,5% ao ano, embora, em um caso alternativo, achamos que seja possível que o ciclo de altas de juros se estenda um pouco mais e que também seja complementado por novas medidas adicionais de caráter macroprudencial. Enquanto isso, do lado fiscal, foram alcançados resultados mais expressivos do que o esperado, sugerindo que a meta de superávit primário em 2011 deva ser alcançada, ainda que permaneça um risco vindo do desempenho das despesas no 2º semestre deste ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Neste ambiente de política monetária mais apertada e adoção de medidas restritivas ao crédito, optamos por um maior conservadorismo na aprovação de operações e, com isso, a originação de ativos de crédito do Banco e das empresas controladas teve produção média mensal de R\$536,8 milhões no 1º semestre de 2011.

A Carteira Total de Crédito era de R\$10,1 bilhões ao final do 1º semestre, comparados a R\$13,3 bilhões em dezembro de 2010. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$ 4,1 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$3,1 bilhões; (iii) a totalidade das carteiras cedidas a FIDCs, no valor de R\$2,0 bilhões, sendo que o Banco detinha cotas dos referidos FIDCs no valor de R\$1,3 bilhão; e (iv) o saldo das operações de leasing, de R\$886,3 milhões. O saldo da carteira foi reduzido pela cessão de direitos creditórios no valor de R\$763,0 milhões, sem coobrigação, realizada no mês de junho. O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 93,0% da carteira total.

O principal mercado de atuação da Companhia continuou sendo o de financiamento de veículos, onde foram concedidos R\$1.973,5 milhões em novos financiamentos no semestre, incluindo as operações de arrendamento mercantil. O Banco está ativamente presente em 9.783 concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados, onde atua através de 989 contatos comerciais. A estratégia para este mercado tem sido orientada pela busca de maior participação no segmento de veículos novos, com o objetivo de alcançar uma melhor relação entre risco e retorno da carteira.

No segmento de crédito consignado, foram concedidos R\$619,4 milhões em novos financiamentos no 1º semestre. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$283,6 milhões em novos financiamentos no mesmo período. A soma das modalidades de crédito para Pessoas Físicas correspondeu a 88,2% da originação total de créditos no semestre.

No segmento de crédito às Pessoas Jurídicas, a carteira era de R\$339,7 milhões no final do 1º semestre, sendo que a concessão de novos financiamentos foi de R\$338,6 milhões no período. Várias ações foram e estão sendo implementadas para a reestruturação da atuação neste segmento, tais como a ampliação da equipe e a análise e revisão de todo o processo de originação, aprovação e formalização dos contratos e suas garantias. Dado o objetivo de crescimento da carteira, além das medidas já mencionadas, uma política de perfil de crédito foi adotada, melhorando a relação entre garantias, prazos e exposições.

No 1º semestre de 2011 foram emitidos 478,8 mil novos cartões de crédito pelo Panamericano, entre titulares e adicionais, nas bandeiras Visa e MasterCard. A base de contas de cartões de crédito, distribuída entre institucionais e híbridos, cresceu 8,8% no semestre, atingindo volume total de 2,37 milhões de contas. Em 30 de

junho de 2011, o volume de plásticos alcançou o patamar de 3,49 milhões, com relação de 1,48 cartões por conta. O valor transacionado com os cartões de crédito Panamericano somou o montante de R\$1.522,9 milhões no semestre.

Em 29 de abril de 2011, o Panamericano, a MasterCard e a Rêv Worldwide lançaram no mercado brasileiro o primeiro cartão pré-pago multiuso, que pode ser usado para compras em toda rede MasterCard, além de oferecer funcionalidades de saque e transferência. O produto reúne características de praticidade e segurança para o portador, possibilitando uma alternativa mais fácil e barata de acesso aos meios eletrônicos de pagamento. Um dos seus principais diferenciais competitivos em relação a outros cartões pré-pagos do mercado é a ampla rede de locais onde podem ser feitas recargas, que inclui mais de 10 mil unidades lotéricas em todo país.

Os recursos captados totalizaram R\$10,2 bilhões ao final de junho de 2011, com redução de 16,5% sobre o saldo de R\$12,3 bilhões no final de dezembro de 2010. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo, que correspondiam a 32,6% do total, ou R\$3,3 bilhões; (ii) as cotas de terceiros em FIDCs exclusivamente de créditos originados pelo Banco, representando 14,6% do total, ou R\$1,5 bilhão; (iii) as Cessões de Crédito, com 30,2% do total ou R\$3,1 bilhões; e (iv) as Emissões Externas no valor de R\$1,8 bilhão, equivalentes a 17,3% do total.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da nova composição acionária, o Banco vem adotando uma política de redução dos custos de captação e praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Em 30 de junho de 2011, os Depósitos a Prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 56,8%; (ii) pessoas jurídicas, com 18,1%; (iii) pessoas físicas, com de 21,0%; e (iv) instituições financeiras, com 4,1% de participação.

Diversas medidas têm sido tomadas pela atual Administração para revisão dos padrões internos de governança, gerenciamento e controle, incluindo a entrada em operação de novos sistemas, de novos modelos de avaliação e aprovação de crédito, assim como a revisão completa dos processos de crédito e cobrança. Estas medidas buscam criar condições consistentes para o crescimento futuro das operações de crédito em bases mais eficientes, e têm sido o foco da atual Administração.

Em adição, houve remanejamento e readequação de equipes, com a incorporação de novos profissionais com experiência e reputação de mercado, segregação de várias funções e aperfeiçoamento de controles em diversas áreas, revisão dos contratos com fornecedores, além de outras ações para gestão mais eficiente de custos e melhoria operacional. Os efeitos destas iniciativas deverão ser percebidos de forma gradual ao longo dos próximos trimestres.

O Panamericano apresentou, no 1º semestre de 2011, um Lucro Líquido de R\$50,6 milhões no balanço consolidado. Em 30 de junho de 2011, o Patrimônio Líquido consolidado atingiu R\$ 1.345,3 milhões, enquanto o Índice de Basileia era de 12,44% e o valor da Margem Operacional era de R\$ 124,3 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Panamericano no trimestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC, não relacionados à auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em razão de ter adquirido, em 27 de maio de 2011, a totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da SSP e da BF, o BTG Pactual protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários o pedido de registro de uma Oferta Pública de Ações – OPA aos acionistas minoritários, na qual serão asseguradas as mesmas condições acordadas com o antigo acionista controlador.

Ainda em razão da mudança de controle, o Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$200 milhões e US\$300 milhões, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Também no mês de julho e como parte das ações para redução dos custos de captação, a Companhia exerceu sua opção de resgatar antecipadamente e cancelar a totalidade da emissão de notas subordinadas com vencimento em 18 de julho de 2016, com valor total de principal de US\$125 milhões e cupom em dólares de 11% ao ano.

No dia 12 de julho de 2011, reconhecendo o suporte proporcionado pela nova estrutura de controle e as diversas iniciativas tomadas pela atual Administração para reduzir custos, alcançar um melhor alinhamento estratégico e melhorar a estrutura operacional da Companhia, a Fitch Ratings elevou as classificações de risco do Panamericano. A principal delas, o Rating Nacional de Longo Prazo, subiu 3 níveis, de A-(bra) para AA-(bra).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

BANCO PANAMERICANO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		4.511.409	4.474.830	5.329.057	5.497.267	CIRCULANTE		4.703.407	6.354.922	5.999.569	7.737.113
Disponibilidades	5	759	7.560	8.702	9.222	Depósitos	14.a	1.712.064	3.270.878	1.709.846	3.267.170
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.321.768	1.067.900	927.562	636.184	Depósitos à vista		42.463	46.282	41.353	43.234
Aplicações no mercado aberto		612.189	210.769	612.189	210.769	Depósitos interfinanceiros		128.939	804.224	128.939	804.224
Aplicações em depósitos interfinanceiros		709.579	857.131	315.373	425.415	Depósitos a prazo		1.540.662	2.420.372	1.539.554	2.419.712
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	26.359	24.297	126.623	65.565	Captações no mercado aberto	14.b	536.614	21.903	166.995	2.001
Carteira própria		21.375	19.847	121.606	61.082	Carteira própria		207.354	-	116.996	-
Instrumentos financeiros e derivativos	7.c	4.984	4.450	4.984	4.450	Carteira de terceiros		329.260	21.903	49.999	2.001
Outras aplicações		-	-	33	33	Recursos de aceites e emissão de títulos	14.c	14.332	15.979	14.332	15.979
Relações interfinanceiras		20.921	2.151	20.921	2.151	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		14.332	15.979	14.332	15.979
Pagamentos e recebimentos a liquidar		10.843	-	10.843	-	Relações interfinanceiras		1.171.502	1.594.853	1.136.276	1.594.853
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		936	831	936	831	Recebimentos e pagamentos a liquidar		5.780	-	5.780	-
Correspondentes no país		9.142	1.320	9.142	1.320	Correspondentes no país	15	1.165.722	1.594.853	1.130.496	1.594.853
Relações interdependências		105	911	105	911	Relações interdependências		1.437	522	1.437	522
Transferências internas de recursos		105	911	105	911	Recursos em trânsito de terceiros		1.437	522	1.437	522
Operações de crédito	8	1.246.817	2.044.236	1.772.328	2.857.322	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	272.820	253.259	272.820	253.259
Operações de crédito - setor privado		1.894.374	2.973.783	2.586.240	3.877.388	Instrumentos financeiros derivativos		272.820	253.259	272.820	253.259
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(647.557)	(929.547)	(813.912)	(1.020.066)	Outras obrigações		994.638	1.197.528	2.697.863	2.603.329
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	282.267	327.392	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		14.236	5.707	14.236	5.707
Operações de arrendamento a receber		-	-	355.297	376.072	Sociais e estatutárias		11	5.183	11	5.183
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(73.030)	(48.680)	Fiscais e previdenciárias	18.a	35.282	20.951	88.879	24.724
Outros créditos		1.817.228	1.190.647	2.047.507	1.389.105	Provisões técnicas de seguros e previdência	19.d	-	-	106.702	129.471
Rendas a receber		6.683	5.491	6.683	5.491	Negociação e intermediação de valores		-	-	610	19.119
Negociação e intermediação de valores		9.463	18.966	10.427	19.368	Dívidas subordinadas	16	22.007	24.657	22.007	24.657
Prêmios de seguros a receber		-	-	9.541	(999)	Diversas	18.b	923.102	1.141.030	2.465.418	2.394.468
Diversos	9	1.356.495	643.499	1.576.269	842.554						
Títulos e créditos a receber	8 e 9	513.022	546.848	513.022	546.848						
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(68.435)	(24.157)	(68.435)	(24.157)						
Outros valores e bens		77.452	137.128	143.042	209.415						
Outros valores e bens	10.a	143.505	192.657	152.865	207.837						
(Provisão para desvalorização)	10.a	(90.440)	(117.022)	(96.415)	(126.032)						
Despesas antecipadas	10.b	24.387	61.493	86.592	127.610						

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.797.647	6.833.077	6.639.813	7.630.994	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.403.407	5.007.638	4.667.790	5.413.023
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	449.699	526.165	135.226	163.392	Depósitos	14.a	1.811.432	2.321.106	1.809.244	2.318.638
Aplicações em depósitos interfinanceiros		449.699	526.165	135.226	163.392	Depósitos interfinanceiros		7.224	12.639	7.224	12.639
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	2.100.425	1.549.780	1.035.197	500.279	Depósitos a prazo		1.804.208	2.308.467	1.802.020	2.305.999
Carteira própria		1.294.336	1.430.822	229.108	381.321	Captações no mercado aberto	14.b	117.170	114.530	117.170	114.530
Vinculados a compromissos de recompra		325.316	114.681	325.316	114.681	Carteira própria		117.170	114.530	117.170	114.530
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	17.790	4.277	17.790	4.277	Recursos de aceites e emissão de títulos	14.c	770.432	833.100	770.432	833.100
Vinculados a prestação de garantias		462.983	-	462.983	-	Recursos de Letras Financeiras		5.714	-	5.714	-
Operações de crédito	8	1.714.917	3.316.821	3.062.145	4.490.229	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		764.718	833.100	764.718	833.100
Operações de crédito - setor privado		1.714.917	3.316.821	3.062.145	4.490.229	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	164.217	199.654	164.217	199.654
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	530.975	682.504	Instrumentos financeiros derivativos		164.217	199.654	164.217	199.654
Operações de arrendamento a receber		-	-	530.975	682.504	Outras obrigações		1.540.156	1.539.248	1.806.727	1.947.101
Outros créditos		1.453.247	1.339.990	1.689.380	1.574.044	Fiscais e previdenciárias	18.a	469.797	402.249	706.215	654.883
Diversos	9	1.453.247	1.339.990	1.689.380	1.574.044	Dívidas subordinadas	16	965.953	1.041.375	965.953	1.041.375
Outros valores e bens		79.359	100.321	186.890	220.546	Diversas	18.b	104.406	95.624	134.559	250.843
Despesas antecipadas	10.b	79.359	100.321	186.890	220.546						
PERMANENTE		302.652	255.215	45.847	46.272	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		143	3.545	143	3.545
Investimentos		286.068	238.791	1.019	1.221	Resultados de exercícios futuros		143	3.545	143	3.545
Participações em controladas		285.615	238.338	-	-	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	1.934	1.702
Outros investimentos	11.b	453	453	1.019	1.221	Participação de acionistas minoritários		-	-	1.934	1.702
Imobilizado de uso	12	7.859	8.702	36.034	37.300	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.504.751	197.017	1.345.281	19.150
Imóveis de uso		-	-	30.222	30.222	Capital social:	20	1.108.091	1.108.091	1.108.091	1.108.091
Outras imobilizações de uso		37.257	38.047	37.662	38.442	De domiciliados no país		1.012.648	1.020.428	1.012.648	1.020.428
(Depreciações acumuladas)		(29.398)	(29.345)	(31.850)	(31.364)	De domiciliados no exterior		95.443	87.663	95.443	87.663
Intangível	13	8.725	7.722	8.794	7.751	Reservas de capital		172	172	172	172
Ativos intangíveis		16.704	14.579	17.571	15.387	Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos		(13)	5	(13)	5
(Amortizações acumuladas)		(7.979)	(6.857)	(8.777)	(7.636)	Lucros / (Prejuízos) acumulados		396.501	(911.251)	237.031	(1.089.118)
TOTAL DO ATIVO		10.611.708	11.563.122	12.014.717	13.174.533	TOTAL DO PASSIVO		10.611.708	11.563.122	12.014.717	13.174.533

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	1º SEMESTRE/2011	
		Banco	Consolidado
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.504.468	1.807.443
Rendas de Operações de Crédito	8.h	1.427.899	1.579.497
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil		-	99.824
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.d	76.541	128.094
Resultado de Operação de Câmbio		28	28
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(840.273)	(1.046.932)
Operações de Captação no Mercado	14.e	(262.972)	(304.830)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.c	(242.851)	(242.851)
Operações de Empréstimos e Repasses		(15)	(15)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.d	(334.435)	(499.236)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		664.195	760.511
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(630.973)	(705.554)
Receitas de Prestação de Serviços	21	180.190	187.843
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.a	47.277	-
Receita de Prêmios Ganhos de Seguros		-	71.337
Despesas de Sinistros Retidos		-	(43.955)
Despesas de Pessoal	22	(24.790)	(34.435)
Outras Despesas Administrativas	23	(710.113)	(760.997)
Despesas Tributárias	24	(70.306)	(74.106)
Outras Receitas Operacionais	25.a	152.778	179.892
Outras Despesas Operacionais	25.b	(206.009)	(231.133)
RESULTADO OPERACIONAL		33.222	54.957
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	30.b	(72.058)	(70.966)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(38.836)	(16.009)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29.a	71.062	66.865
Provisão para Imposto de Renda		(6.769)	(29.779)
Provisão para Contribuição Social		(4.061)	(8.998)
Ativo Fiscal Diferido		81.892	105.642
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	(232)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		32.226	50.624
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 244.343.940 ações em 2011)		0,13	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Banco</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Semestre</u>
	<u>2011</u>	<u>2011</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	<u>32.226</u>	<u>50.624</u>
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e Amortizações	2.375	2.403
Provisão para Contingências	8.782	8.787
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso Próprio	72.058	70.966
Equivalência Patrimonial	(47.277)	-
Resultado dos Acionistas Minoritários	-	232
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	334.435	499.236
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	(71.062)	(66.865)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	(18)	(18)
Lucro Líquido Ajustado	<u>331.519</u>	<u>565.365</u>
Varição de Ativos e Passivos:		
Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	130.068	38.254
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(538.660)	(581.929)
Redução em Relações Interdependências	1.721	1.721
Redução em Operações de Crédito	2.399.323	2.513.077
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	-	196.654
Aumento em Outros Créditos	(1.033.685)	(1.236.582)
Redução em Outros Valores e Bens	(68.309)	(63.229)
Redução em Depósitos	(2.068.488)	(2.066.718)
Aumento em Captações no Mercado Aberto	517.351	167.634
Redução em Relações Interfinanceiras	(442.121)	(477.347)
Redução em Outras Obrigações	(210.264)	(54.128)
Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(29.923)	(29.923)
Redução em Resultado de Exercícios Futuros	(3.403)	(3.403)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(1.014.871)</u>	<u>(1.030.554)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de Imobilizado de Uso	173	469
Alienação no Intangível	24	24
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	76.889	92.292
Aquisição de Investimentos	-	(30)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(582)	(464)
Aplicações no Intangível	(2.150)	(2.209)
Varição nas Participações Minoritárias	-	232
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>74.354</u>	<u>90.314</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão de Letras Financeiras	5.668	5.668
Redução de Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(24.920)	(24.920)
Redução de Dívidas Subordinadas	(45.562)	(45.562)
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio do 1º semestre de 2010	6.000	6.000
Depósito de Acionista	1.300.000	1.300.000
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>1.241.186</u>	<u>1.241.186</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>300.669</u>	<u>300.946</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	<u>386.597</u>	<u>395.433</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (nota explicativa nº 5)	<u>687.266</u>	<u>696.379</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de reais)

	Capital	Reserva de	Reservas de		Ajuste ao Valor de	Lucros (Prejuízos)	
	<u>social</u>	<u>capital</u>	<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>	<u>TVM e Derivativos</u>	<u>Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.108.091	172	-	-	5	(911.251)	197.017
Ajuste de exercícios anteriores (nota explicativa nº 20.e)	-	-	-	-	-	(30.474)	(30.474)
Depósito de Acionista (nota explicativa nº 20.d)	-	-	-	-	-	1.300.000	1.300.000
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio do 1º Semestre de 2010 (nota explicativa 20.c)	-	-	-	-	-	6.000	6.000
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	-	(18)	-	(18)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	32.226	32.226
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	<u>1.108.091</u>	<u>172</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>396.501</u>	<u>1.504.751</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PANAMERICANO S.A. E CONTROLADASDEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	1º SEMESTRE/2011	
	Banco	Consolidado
RECEITAS	1.017.251	1.176.154
Intermediação Financeira	1.504.468	1.807.443
Prestação de Serviços	180.190	187.843
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(334.435)	(499.236)
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(332.972)	(319.896)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(505.838)	(547.696)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(492.922)	(527.277)
Materiais, Energia e Outros	(266)	(266)
Serviços de Terceiros	(76.314)	(83.499)
Comissões pagas a Lojistas e Promotores	(416.342)	(443.512)
VALOR ADICIONADO BRUTO	18.491	101.181
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(2.375)	(2.403)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	16.116	98.778
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	47.277	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	47.277	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	63.393	98.778
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	63.393	98.778
Pessoal	20.742	29.078
Remuneração Direta	17.738	23.530
Benefícios	1.381	2.579
FGTS	1.525	2.671
Outros	98	298
Impostos, Taxas e Contribuições	3.292	12.598
Federal	(5.787)	(272)
Estadual	2	3
Municipal	9.077	12.867
Remuneração de Capitais de Terceiros	7.133	6.246
Aluguéis	7.133	6.246
Remuneração de Capitais Próprios	32.226	50.856
Lucros Retidos	32.226	50.624
Participação dos não-Controladores nos Lucros Retidos	-	232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco atua principalmente no mercado de crédito direto ao consumidor, operando linhas de crédito pessoal e financiamentos de veículos, material de construção, móveis, turismo, eletrodomésticos e outros. Por intermédio de suas controladas diretas e indiretas, atua também nas áreas de arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros do ramo de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “funding” para as suas operações, o Banco adotou a política de proceder à cessão de créditos que compõem a sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras do Banco, em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações com FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Em 27 de maio de 2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferências, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil havia se manifestado favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30 de março de 2011.

A composição acionária no Banco Panamericano, após a conclusão da operação, passou a ser representada como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	67.259.328	51,00	24.712.286	21,97	91.971.614	37,64
Caixa Participações S.A. - Caixapar	64.621.700	49,00	24.712.286	21,97	89.333.986	36,56
Mercado	-	-	63.038.340	56,06	63.038.340	25,80
Total	131.881.028	100,00	112.462.912	100,00	244.343.940	100,00

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme novo acordo de acionistas da companhia celebrado em 31 de janeiro de 2011.

Em decorrência do acima exposto, a CAIXA e o Banco Panamericano, com a interveniência do Banco BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, onde a CAIXA se compromete adquirir créditos do Banco, sempre que este desejar cedê-los, sem coobrigação, até o limite de R\$ 8,0 bilhões (oito bilhões), além do reforço de liquidez através de aquisição de depósitos interfinanceiros (DI), que será suportado por limite de crédito de até R\$ 2,0 bilhões (dois bilhões), sem qualquer subsídio explícito ou implícito nessas operações.

O Banco BTG Pactual S.A. apresentou à Comissão de Valores Mobiliários em 17 de junho de 2011 pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações preferenciais de emissão do Banco

Panamericano – OPA aos demais acionistas, pelo mesmo preço pago para as ações ao ex-acionista controlador.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. (“Banco”) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDC’s (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob certas condições especiais decorrentes das inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN e irregularidades adicionais e outros ajustes constatados pela administração, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A administração que tomou posse em 09 de novembro de 2010, mesmo utilizando-se dos controles e sistemas operacionais em vigor, em decorrência dos processos inadequados praticados anteriormente que corromperam os sistemas de controles internos da instituição, não pôde correlacionar as inconsistências contábeis e irregularidades adicionais constatadas com os períodos a que efetivamente se referem, tornando-se impraticável a reelaboração das demonstrações financeiras em períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, de forma a incorporar os possíveis ajustes que seriam necessários para apresentar dados confiáveis e que pudessem ser de utilidade para o adequado entendimento dessas demonstrações. Por outro lado, a mera apresentação das demonstrações financeiras de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, sem os ajustes que corrigiriam todas as distorções decorrentes das inadequadas práticas e procedimentos irregulares utilizados no passado, prejudicaria toda e qualquer possibilidade de comparação entre períodos e induziria a erros em quaisquer análises dessas informações.

Com a posse de novos administradores em 09 de novembro de 2010, foram adotadas as providências necessárias para que fossem cessadas as práticas irregulares e que geraram as distorções mencionadas. Obteve-se então, um aprimoramento do ambiente de controles internos resultando em novo marco para a contabilidade e para os processos operacionais da instituição. Consequentemente, os gestores reconheceram a inadequação e enfatizaram a inconfiabilidade de toda e qualquer demonstração, informação ou dado contábil, anterior ao balanço patrimonial de 30 de novembro de 2010, elaborado sob sua responsabilidade.

As demonstrações financeiras que envolvem as operações até 09 de novembro de 2010 estão definitivamente comprometidas na sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante os princípios contábeis, devido aos principais aspectos:

- (a) Relevante inadequação do balanço patrimonial de períodos anteriores a 30 de novembro de 2010, incluindo ajustes de inconsistências contábeis (ajuste contra lucros acumulados), identificadas pelo BACEN, durante seus trabalhos de Inspeção, com base em 30 de junho de 2010;
- (b) Relevantes ajustes contra o resultado ocorrido até 30 de novembro de 2010, decorrentes, principalmente, das mesmas causas das inconsistências contábeis, acima mencionadas;
- (c) Impossibilidade, dada a fragilidade e impropriedade dos sistemas contábeis e de controle interno até então vigentes no Banco, de apropriadamente segregar e mensurar quais dos ajustes de inconsistências contábeis se referem a períodos anteriores.

Pelo exposto, as informações trimestrais – ITR’s e IFT’s de 2011 bem como as demonstrações financeiras do 1º semestre de 2011 e do exercício a findar em 31 de dezembro de 2011, estão ou estarão prejudicadas com relação à sua comparabilidade, em relação às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, também, em função dos aspectos anteriormente mencionados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo

BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN n° 3.566/08.
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN n° 3.604/08.
3. CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN n° 3.750/09.
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN n° 3.823/09.
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN n° 3.973/11.
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN n° 3.989/11.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, foram aprovadas pelo conselho de administração e diretoria em 08 de agosto de 2011.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	Junho/2011	Dezembro/2010
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panamericana de Seguros S.A.	98,75	98,75
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,01	99,01
Entidades de Propósitos Específicos – EPFs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa CDC FIDC”) (a) (d)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco Panamericano (“Caixa Master CDC FIDC”) (a) (e)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FF – Multisegmentos (“FIDC FF”) (a) (c)	-	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro (“FIDC F BP”) (a) (b)	100,00	100,00

- a. O percentual está representado pelas cotas subordinadas, e/ou pela coobrigação aos créditos cedidos aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios FIDCs, detidos pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM n° 408/04 e no Ofício-Circular CVM n° 001/07;
- b. Fundo constituído em Dezembro de 2010;
- c. Fundo encerrado em 29 de Junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data;
- d. Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Autopan FIDC”);
- e. Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Master Pan FIDC”)

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado das controladas estão sendo apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras Obrigações – Diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de Operações de Crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à valorização de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

Empresas Controladas – Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentavam, resumidamente, as seguintes situações patrimoniais, as quais não contemplam as eliminações e reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas	Direta				Indireta	
	Panamericano Arrend.Merc.S.A.		Panamericana de Seguros S.A.		Panamericano Adm. de Consórcio Ltda	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Ativo						
Circulante	145.097	163.198	59.250	60.177	4.052	2.923
Realizável a longo prazo	234.855	274.571	203.422	207.716	25.566	25.171
Permanente	1.602.877	1.797.427	38.708	38.636	141	111
Total do Ativo	1.982.829	2.235.196	301.380	306.529	29.759	28.205
Passivo						
Circulante	758.355	803.011	122.783	148.840	6.177	6.475
Exigível a longo prazo	1.088.838	1.326.246	26.685	23.589	10.872	9.891
Patrimônio líquido	135.636	105.939	151.912	134.100	12.710	11.839
Total do Passivo	1.982.829	2.235.196	301.380	306.529	29.759	28.205

	1º Semestre/2011		
	Panamericano Arrend.Merc.S.A.	Panamericana de Seguros S.A.	Panamericano Adm. de Consórcio Ltda
Demonstração do Resultado			
Resultado bruto da intermediação financeira	36.544	10.678	1.052
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.818)	17.817	76
Resultado de equivalência patrimonial	183	688	-
Resultado não operacional	1.083	-	9
Imposto de Renda e Contribuição social	19.705	(11.371)	(266)
Lucro do semestre	29.697	17.812	871

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas no Ofício-Circular CVM nº 001/07, a administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
FIDC F BP Financeiro	BEM DTVM Ltda.	Condomínio aberto	Indeterminado	Sem prazo inicial de carência para resgate das cotas seniores. Em caso de pedido de resgate de cotas, até às 14h, o pagamento será realizado no mesmo dia; contudo se não houver liquidez suficiente na data de pagamento, poderá ser proposto ao cotista sênior, pelo administrador, novo prazo para o resgate.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	108
Caixa Master CDC FIDC	112
FIDC F BP - Financeiro	SELIC + 2% a.a.

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o patrimônio líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC	130
FIDC F BP – Financeiro	80

(a) Em Assembléia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16 de março de 2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco Panamericano passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 30 de junho de 2011, o Banco havia subscrito o montante de R\$832.435 de um total em R\$1.043.650 (em dezembro de 2010, R\$853.386 e R\$1.052.147, respectivamente).

A diferença do patrimônio líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas e a realizar com o Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter no mínimo 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

No 1º Semestre de 2011 e no exercício de 2010, o Banco havia cedido aos FIDCs operações de crédito, nos montantes de R\$379.707 e R\$1.561.583, respectivamente, sem coobrigação. As operações de cessões de crédito geraram resultado no 1º semestre de 2011, no Banco, no montante de R\$79.018, o qual foi integralmente reconhecido no resultado individual do semestre na rubrica “Rendas de Operações de Crédito”.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Caixa CDC FIDC, no Caixa Master CDC FIDC e no FIDC F BP Financeiro, o Banco reconheceu no 1º semestre de 2011, despesa de R\$85.595, registrado contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual em função da desvalorização das cotas dos referidos fundos.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC FBP Financeiro		FIDC FF Multisegmentos (1)	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Ativo								
Disponibilidades	5	30	3	420	1	1	-	1
Títulos públicos federais	90.358	19.902	279.261	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	68.139	1.444	-	1.067
Direitos creditórios	340.733	415.661	1.433.504	1.742.536	708.857	317.096	-	208.418
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(20.249)	(2.763)	(91.386)	(11.083)	(54.720)	(1.585)	-	(135.375)
Outros Valores	175	588	130	2.148	659	197	-	350
Total do Ativo	411.022	433.418	1.621.512	1.734.021	722.936	317.153		74.461
Passivo								
Outras Obrigações	546	299	1.066	22.207	153	48.956	-	30
Patrimônio Líquido	410.476	433.119	1.620.446	1.711.814	722.783	268.197	-	74.431
Cotas seniores	97.294	118.279	576.796	659.667	604.346	215.534	-	10.590
Cotas subordinadas	313.182	314.840	832.435	853.386	118.436	52.663	-	63.841
Cotas subordinadas – classe especial (*)	-	-	211.215	198.761	-	-	-	-
Total do Passivo	411.022	433.418	1.621.512	1.734.021	722.936	317.153		74.461

(*) Cotas de terceiros

(1) Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido para o semestre findo em 30 de junho de 2011.

	Junho/2011		Dezembro/2010
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Banco individual	1.504.751	32.226	197.017
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:			
Lucro não realizado nas cessões	(408.775)	26.261	(435.035)
Registro das despesas de comissão s/créditos cedidos	122.346	(2.276)	124.622
Impostos diferidos (*)	126.959	(5.587)	132.546
Banco Consolidado	1.345.281	50.624	19.150

(*) Inclui PIS e COFINS sobre os lucros não realizados.

VI. Avals, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs. Entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VII. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Em 30 de junho de 2011, o Banco e suas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$1.264.053 (R\$1.284.730 em 31 de dezembro de 2010), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Panamericano.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços através dos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (incurred but not paid) que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

As despesas de comercialização são consideradas custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estas são diferidas e apropriadas aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 e Circular SUSEP nº 379/08, classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap” e são avaliadas de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “pro rata” até as datas dos balanços, em conformidade à Circular BACEN nº 3.082/02.

f) Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

O resultado apurado nas cessões de operações de crédito é registrado no resultado do período, na data de realização destas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com co-obrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados através da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Despesas antecipadas

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros.

i) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

j) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e está representado por gastos com desenvolvimentos lógicos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

m) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas. Os créditos tributários originados em períodos anteriores à legislação que elevou a alíquota da contribuição social para 15% nas empresas financeiras e do ramo segurador, foram registrados até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período.

o) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia".

p) Práticas contábeis específicas da Panamericana de Seguros S.A.

Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)

- **Provisões de prêmios não ganhos - PPNG**

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09, pelo regime

de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções nº181/07, nº195/08 e nº204/09 e Circular SUSEP nº282/05.

- **Provisão de sinistros a liquidar**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

- **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06 alterada pelas Resoluções CNSP 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- **Provisão para insuficiência de prêmios – PIP**

A provisão para insuficiência de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. A aplicação dos critérios estabelecidos nesta nota não resultou em provisão a constituir.

- **Provisão complementar de prêmios – PCP**

A Provisão complementar de prêmios, determinada pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181/07, 195/08 e 204/09, é calculada “pro rara die”, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. Seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

- **Teste de adequação de passivos**

A circular SUSEP nº 410, de 22 de dezembro de 2010, instituiu o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras de procedimentos para a sua realização.

Segundo esta Circular, a Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas as despesas de comercialização diferidas e ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

O TAP é realizado bruto de resseguro e, para a sua realização, a Seguradora agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou premissas técnicas realistas de mortalidade, invalidez, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada grupo. Para a projeção dos custos de aquisição que não são diferidos e para as despesas administrativas, foi adotado percentual específico da receita futura projetada para cada grupo.

Os fluxos de caixa da carteira de seguros foram estimados em periodicidade mensal, e a sua preparação levou em consideração a estimativa para prêmios, sinistros, comissões e despesas, por produto, e mensurados na data base, descontando-os pela estrutura a termos da taxa de juros livre de risco.

Para o agrupamento de linhas de negócios com características semelhantes de risco foi observada a suficiência das Provisões Técnicas em 30 de junho de 2011, conseqüentemente, nenhuma provisão adicional relativa ao TAP foi reconhecida.

q) Práticas contábeis específicas da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

- A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.
- As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos tem aplicações, e estão apresentadas no grupo “outras obrigações – diversas” do consolidado.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até as datas dos balanços. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até as datas dos balanços.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

t) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

u) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Eliminações (2)	Total
Circulante	5.265.262	59.250	4.052	493	5.329.057
Realizável a Longo Prazo	6.413.013	203.422	25.566	(2.188)	6.639.813
Permanente	169.727	38.708	141	(162.729)	45.847
Total do Ativo	11.848.002	301.380	29.759	(164.424)	12.014.717

Passivo	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Eliminações (2)	Total
Circulante	5.870.116	122.783	6.177	493	5.999.569
Exigível a Longo Prazo	4.632.421	26.685	10.872	(2.188)	4.667.790
Resultado de Exercícios Futuros	143	-	-	-	143
Minoritários	41	-	-	1.893	1.934
Patrimônio Líquido	1.345.281	151.912	12.710	(164.622)	1.345.281
Total do Passivo	11.848.002	301.380	29.759	(164.424)	12.014.717

b) Demonstração do Resultado Consolidado

Demonstração do Resultado	Financeiros (1)	Seguradora	Consórcios	Eliminações (2)	Total
- Receitas da Intermediação Financeira	1.795.907	10.678	1.052	(194)	1.807.443
- Despesas da Intermediação Financeira	(1.047.126)	-	-	194	(1.046.932)
Resultado bruto da intermediação Financeira	748.781	10.678	1.052	-	760.511
- Outras receitas/despesas operacionais	(723.447)	17.817	76	-	(705.554)
- Resultado de equivalência patrimonial	17.772	688	-	(18.460)	-
- Resultado não operacional	(70.975)	-	9	-	(70.966)
- Provisão para IR e CSLL	78.502	(11.371)	(266)	-	66.865
- Participação minoritária	(9)	-	-	(223)	(232)
Lucro/Prejuízo do período	50.624	17.812	871	(18.683)	50.624

(1) Representado pelas empresas: Banco Panamericano S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs;

(2) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Disponibilidades em moeda nacional	650	7.392	8.593	9.054
Disponibilidades em moeda estrangeira	109	168	109	168
Total de disponibilidades (caixa)	759	7.560	8.702	9.222
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (*)	686.507	379.037	686.507	379.037
Certificado de depósito bancário – CDB	-	-	-	6.071
Fundos de Renda Fixa	-	-	1.170	1.103
Total de caixa e equivalentes de caixa	687.266	386.597	696.379	395.433

(*) Inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	Junho/2011					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras financeiras do tesouro-LFT	262.191	-	-	-	-	262.191
• Letras do tesouro nacional-NTN	20.738	-	-	-	-	20.738
Subtotal	282.929	-	-	-	-	282.929
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional-LTN	49.999	-	-	-	-	49.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	279.261	-	-	-	-	279.261
Subtotal	329.260	-	-	-	-	329.260
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	209.486	84.670	165.173	250.250	449.699	1.159.278
Total	821.675	84.670	165.173	250.250	449.699	1.771.467

Banco	Dezembro/2010					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras financeiras do tesouro - LFT	65.025	-	-	-	-	65.025
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	108.851	-	-	-	-	108.851
• Letras do tesouro nacional - NTN	15.005	-	-	-	-	15.005
Subtotal	188.881	-	-	-	-	188.881
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional-LTN	21.888	-	-	-	-	21.888
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21.888	-	-	-	-	21.888
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	214.446	109.792	147.569	385.324	526.165	1.383.296
Total	425.215	109.792	147.569	385.324	526.165	1.594.065

Consolidado	Junho/2011					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras financeiras do tesouro-LFT	262.191	-	-	-	-	262.191
• Letras do tesouro nacional-NTN	20.738	-	-	-	-	20.738
Subtotal	282.929	-	-	-	-	282.929
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional-LTN	49.999	-	-	-	-	49.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	279.261	-	-	-	-	279.261
Subtotal	329.260	-	-	-	-	329.260
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	198.717	63.134	20.164	33.358	135.226	450.599
Total	810.906	63.134	20.164	33.358	135.226	1.062.788

Consolidado	Dezembro/2010					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
• Letras financeiras do tesouro - LFT	65.025	-	-	-	-	65.025
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	108.851	-	-	-	-	108.851
• Letras do tesouro nacional - NTN	15.005	-	-	-	-	15.005
Subtotal	188.881	-	-	-	-	188.881
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional-LTN	21.888	-	-	-	-	21.888
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21.888	-	-	-	-	21.888
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	174.230	25.668	50.215	175.302	163.392	588.807
Total	384.999	25.668	50.215	175.302	163.392	799.576

b) Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	1º Semestre/2011	
	Banco	Consolidado
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas:		
- Posição Bancada	39.365	39.365
- Posição Financiada	7.661	7.661
Subtotal	47.026	47.026
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	74.782	27.120
Total (nota 7d)	121.808	74.146

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Carteira própria:				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	-	10.330
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	30.283	170.629	229.108	381.321
Cotas de fundos de investimento (1)	1.264.519	1.260.646	100.697	31.358
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	273	266	273	266
Ações em companhias abertas	20.636	19.128	20.636	19.128
Subtotal	1.315.711	1.450.669	350.714	442.403
Vinculados a compromisso de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	325.316	114.681	325.316	114.681
Subtotal	325.316	114.681	325.316	114.681
Vinculados à prestação de garantias(*):				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	462.983	-	462.983	-
Subtotal	462.983	-	462.983	-
Outras aplicações				
	-	-	33	33
Subtotal	-	-	33	33
Total de títulos e valores mobiliários	2.104.010	1.565.350	1.139.046	557.117
Instrumentos financeiros derivativos:				
Diferenciais a receber de “swap”	22.774	8.727	22.774	8.727
Total de instrumentos financeiros derivativos	22.774	8.727	22.774	8.727
Total geral	2.126.784	1.574.077	1.161.820	565.844

(*) Resolução CMN 3.398/06

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Caixa Master CDC FIDC (i)	832.435	853.386	-	-
Caixa CDC FIDC (i)	313.182	314.840	-	-
FIDC FF Multisegmentos (iv)	-	39.304	-	-
FIDC F BP – Financeiro (iii)	118.436	52.663	-	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI35 (ii)	466	453	466	453
Outros fundos	-	-	100.231	30.905
Total	1.264.519	1.260.646	100.697	31.358

(i) Fundo administrado pela Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)

(ii) Fundo administrado pela BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.

(iii) Fundo administrado pela BEM DTVM Ltda.

(iv) Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

As carteiras dos fundos de investimento em direitos creditórios estão representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores celebrados com o Banco. De acordo com os regulamentos dos respectivos fundos, as cotas subordinadas que o Banco possui subordinam-se às cotas seniores para efeito de resgate e distribuição da carteira desses fundos, assumindo, integralmente, os efeitos dos resultados negativos da carteira dos fundos até o limite do seu patrimônio. Considerando a característica desses fundos e a intenção da administração em mantê-los em carteira por longo prazo, os saldos das aplicações foram classificados no realizável a longo prazo.

Os demais fundos de investimentos e ações de companhias abertas estão classificadas no curto prazo.

b) Composição por Categorias e prazos individual e consolidado:

	Banco					
	Junho/2011					
	Sem Vencido	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo atualizado	Ajuste de Marcação a mercado
Títulos para Negociação:						
- Ações em companhias abertas	20.636	-	-	20.636	410	20.226
Total Títulos para Negociação	20.636	-	-	20.636	410	20.226
Títulos disponíveis para venda:						
- Letras Financeiras do Tesouro-LFT	-	6.095	24.188	30.283	30.283	-
Vinculados a Oper.Compromissadas:						
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	117.016	208.300	325.316	325.319	(3)
Vinculados a prestação de garantias:						
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	3.850	459.133	462.983	462.993	(10)
Total de Títulos Disponível p/venda	-	126.961	691.621	818.582	818.595	(13)
Títulos mantidos até o vencimento:						
- Cotas de Fundos de Investimento	466	-	1.264.053	1.264.519	1.264.519	-
- Fundos do Desenvolvimento Social - FDS	273	-	-	273	273	-
Total mantidos até o vencimento	739	-	1.264.053	1.264.792	1.264.792	-
Total geral	21.375	126.961	1.955.674	2.104.010	2.083.797	20.213

Banco						
	Dezembro/2010					
	Sem Vencido	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo atualizado	Ajuste de Marcação a mercado
Títulos para Negociação:						
- Ações em companhia abertas	19.128	-	-	19.128	410	18.718
Total Títulos para Negociação	19.128	-	-	19.128	410	18.718
Títulos disponíveis para venda:						
- Letras Financeiras do Tesouro-LFT	-	16.237	154.392	170.629	170.630	(1)
Vinculados a Oper.Compromissadas:						
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	36.446	78.235	114.681	114.675	6
Total de Títulos Disponível p/venda	-	52.683	232.627	285.310	285.305	5
Títulos mantidos até o vencimento:						
- Cotas de Fundos de investimento	453	-	1.260.193	1.260.646	1.260.646	-
- Fundo do Desenvolvimento Social-FDS	266	-	-	266	266	-
Total mantidos até o vencimento	719	-	1.260.193	1.260.912	1.260.912	-
Total geral	19.847	52.683	1.492.820	1.565.350	1.546.627	18.723

Consolidado							
	Junho/2011						
	Sem Vencido	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo atualizado	Ajuste de Marcação a mercado
Títulos para Negociação:							
- Ações em companhia abertas	20.636	-	-	-	20.636	410	20.226
- Cotas De Fundos de investimento	100.231	-	-	-	100.231	100.231	-
Total Títulos para Negociação	120.867	-	-	-	120.867	100.641	20.226
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro-LFT	-	-	121.076	92.223	213.299	213.299	-
Vinculados a Oper.Compromissadas:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	117.016	208.300	325.316	325.319	(3)
Vinculados a prestação de garantias:							
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	3.850	459.133	462.983	462.993	(10)
- Outras aplicações	-	33	-	-	33	33	-
Total de Títulos Disponível p/venda	-	33	241.942	759.656	1.001.631	1.001.644	(13)
Títulos mantidos até o vencimento:							
- Cotas De Fundos de investimento	466	-	-	-	466	466	-
- Fundo do Desenvolvimento Social-FDS	273	-	-	-	273	273	-
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	15.809	15.809	15.809	-
Total mantidos até o vencimento	739	-	-	15.809	16.548	16.548	-
Total geral	121.606	33	241.942	775.465	1.139.046	1.118.833	20.213

Consolidado							
	Dezembro/2010						
	Sem Vencido	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo atualizado	Ajuste de Marcação a mercado
Títulos para negociação:							
- Ações em companhia abertas	19.128	-	-	-	19.128	410	18.718
- Cotas de Fundos de investimento	30.905	-	-	-	30.905	30.905	-
Total Títulos para Negociação	50.033	-	-	-	50.033	31.315	-
Títulos disponíveis para venda:							
- Letras Financeiras do Tesouro-LFT	-	-	126.038	240.332	366.370	366.371	(1)
Vinculados a Oper.Compromissadas:							
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	36.446	78.235	114.681	114.675	6
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	10.330	-	-	10.330	10.330	-
Outras aplicações	-	33	-	-	33	33	-
Total de Títulos Disponível p/venda	-	10.363	162.484	318.567	491.414	491.409	5
Títulos mantidos até o vencimento:							
- Cotas de Fundos de investimento	453	-	-	-	453	-	453
- Fundo do Desenvolvimento Social-FDS	266	-	-	-	266	266	-
- Letras Financeiras do Tesouro-LFT	-	-	-	14.951	14.951	14.951	-
Total mantidos até o vencimento	719	-	-	14.951	15.670	15.670	-
Total geral	50.752	10.363	162.484	333.518	557.117	538.394	18.723

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos:

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente como hedge para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se as informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “swap”, foram utilizados o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos Derivativos	Banco e Consolidado			
	Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Indexador:				
“Swap”				
-Diferencial a receber	22.774	22.774	8.727	8.727
-Diferencial a pagar	(437.037)	(437.037)	(452.913)	(452.913)
Total líquido	(414.263)	(414.263)	(444.186)	(444.186)

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber e a pagar. Todas as posições detidas são negociadas em balcão:

Banco e Consolidado									
Junho/2011									
Indexador:	Valor Referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de Marcação a mercado
"Swap"									
Posição ativa:									
- Dolar	176.323	-	-	-	-	-	-	-	-
- Prefixado	211.752	3.776	142	154	418	3.324	7.814	8.060	(246)
- Dolar	1.595.320	-	-	101	393	14.466	14.960	(773)	15.733
Subtotal:	1.983.395	3.776	142	255	811	17.790	22.774	7.287	15.487
Posição passiva:									
- Prefixado	176.323	(265.672)	-	-	-	-	(265.672)	(262.832)	(2.840)
- DI	211.752	-	-	-	(101)	(2.095)	(2.196)	1.244	(3.440)
- DI	1.595.320	-	(1.560)	(2.082)	(3.405)	(162.122)	(169.169)	(93.154)	(76.015)
Subtotal:	1.983.395	(265.672)	(1.560)	(2.082)	(3.506)	(164.217)	(437.037)	(354.742)	(82.295)
Total a pagar		(261.896)	(1.418)	(1.827)	(2.695)	(146.427)	(414.263)	(347.455)	(66.808)

Banco e Consolidado									
Dezembro/2010									
Indexador:	Valor Referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de Marcação a mercado
"Swap"									
Posição ativa:									
- Dolar	187.166	-	-	-	-	-	-	-	-
- Prefixado	247.622	116	226	287	3.821	3.729	8.179	7.663	516
- Dolar	1.722.797	-	-	-	-	548	548	(4.993)	5.541
Subtotal:	2.157.585	116	226	287	3.821	4.277	8.727	2.670	6.057
Posição passiva:									
- Prefixado	187.166	(13.376)	-	-	(231.427)	-	(244.803)	(227.588)	(17.215)
- DI	247.622	-	-	-	-	(1.441)	(1.441)	1.409	(2.850)
- DI	1.722.797	-	(1.247)	(3.306)	(3.903)	(198.213)	(206.669)	(88.908)	(117.761)
Subtotal:	2.157.585	(13.376)	(1.247)	(3.306)	(235.330)	(199.654)	(452.913)	(315.087)	(137.826)
Total a pagar		(13.260)	(1.021)	(3.019)	(231.509)	(195.377)	(444.186)	(312.417)	(131.769)

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos, referente ao 1º semestre de 2011, está assim composto:

	Banco e Consolidado		
	1º Semestre de 2011		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	123.953	(366.804)	(242.851)
Total .	123.953	(366.804)	(242.851)

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários:

	1º Semestre/2011	
	Banco	Consolidado
Titulos de Renda Fixa	30.858	44.478
Resultado com Cotas Subordinadas	(85.595)	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	121.808	74.146
Títulos de Renda Variável	9.470	9.470
Total	76.541	128.094

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As informações sobre a carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de operações de crédito, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco			
	Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	1.614.908	39,17	2.705.335	39,57
Empréstimo em consignação	732.416	17,77	1.116.145	16,32
Financiamento a titulares de cartões de crédito (*)	519.598	12,60	671.363	9,82
Capital de giro	248.913	6,04	315.297	4,61
Direitos creditórios adquiridos	162.003	3,93	256.720	3,75
Renegociações	152.374	3,70	593.289	8,68
Conta garantida	86.317	2,09	310.483	4,54
Crédito pessoal	72.940	1,77	218.631	3,19
Títulos decontados	4.437	0,11	20.241	0,30
Cheque especial	1.127	0,03	12.483	0,18
Financiamento a titulares de cartões de crédito terceiros	-	-	67.383	0,99
Outros	14.258	0,35	3.234	0,05
Total das operações de crédito	3.609.291	87,56	6.290.604	92,00
Outros créditos	513.022	12,44	546.848	8,00
Total	4.122.313	100,00	6.837.452	100,00

	Consolidado			
	Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	3.654.002	51,85	4.782.348	47,95
Operações de arrendamento mercantil (**)	886.272	12,58	1.058.576	10,62
Empréstimo em consignação	732.416	10,39	1.116.145	11,19
Financiamento a titulares de cartões de crédito (*)	519.598	7,37	671.363	6,73
Capital de giro	248.913	3,53	315.297	3,16
Direitos creditórios adquiridos	162.003	2,30	256.720	2,57
Renegociações	152.374	2,16	593.289	5,95
Conta garantida	86.317	1,23	310.483	3,11
Crédito pessoal	72.940	1,03	218.631	2,19
Títulos decontados	4.437	0,06	20.241	0,20
Cheque especial	1.127	0,02	12.483	0,13
Financiamento a titulares de cartões de crédito terceiros	-	-	67.383	0,68
Outros	14.258	0,20	3.234	0,03
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	6.534.657	92,72	9.426.193	94,52
Outros créditos	513.022	7,28	546.848	5,48
Total	7.047.679	100,00	9.973.041	100,00

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard.

(**) Registrado a valor presente.

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

Junho/2011								
Banco								
Rating	Vencidos	A vencer						Total
	A mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.413	689.800	75.784	127.458	216.619	342.901	1.458.071	2.916.046
B	59.289	14.042	4.553	4.640	10.802	28.124	49.260	170.710
C	54.320	10.582	2.289	2.419	6.262	10.149	26.742	112.763
D	74.157	9.430	2.916	2.949	10.238	14.611	22.502	136.803
E	66.124	4.914	1.239	1.286	3.778	6.960	26.396	110.697
F	76.445	3.822	953	999	2.941	5.486	24.215	114.861
G	58.314	2.575	843	873	2.594	4.669	17.306	87.174
H	286.383	20.105	7.633	7.867	22.623	38.223	90.425	473.259
Total 30 de junho/2010	680.445	755.270	96.210	148.491	275.857	451.123	1.714.917	4.122.313
Total 31 de dezembro/2010	867.587	791.167	209.926	205.603	622.303	824.045	3.316.821	6.837.452

Junho/2011								
Consolidado								
	Vencidos	A vencer						Total
	A mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	6.259	781.565	134.330	186.757	400.451	705.798	2.896.939	5.112.099
B	67.434	21.305	8.634	8.718	23.226	52.940	161.280	343.537
C	66.829	20.822	6.230	6.474	19.017	35.724	140.694	295.790
D	88.086	15.215	5.227	5.335	17.816	29.830	99.032	260.541
E	78.316	8.437	2.682	2.782	8.520	16.605	76.591	193.933
F	86.009	6.213	1.997	2.069	6.291	12.290	55.917	170.786
G	66.437	4.330	1.595	1.650	5.047	9.645	40.433	129.137
H	304.205	22.898	9.030	9.288	27.095	47.106	122.234	541.856
Total 30 de junho/2010	763.575	880.785	169.725	223.073	507.463	909.938	3.593.120	7.047.679
Total 31 de dezembro/2010	1.017.807	1.031.557	299.436	294.577	883.138	1.273.793	5.172.733	9.973.041

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Junho/2011									
Nível	Provisão Requerida %	Banco				Consolidado			
		A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão	A vencer (*)	Vencidos	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50	2.910.634	5.412	2.916.046	14.580	5.105.840	6.259	5.112.099	26.070
B	1,00	111.422	59.288	170.710	1.707	276.103	67.434	343.537	4.951
C	3,00	58.442	54.321	112.763	3.383	228.961	66.829	295.790	11.435
D	10,00	62.646	74.157	136.803	13.680	172.455	88.086	260.541	27.745
E	30,00	44.573	66.124	110.697	33.209	115.617	78.316	193.933	61.470
F	50,00	38.416	76.445	114.861	57.431	84.777	86.009	170.786	112.696
G	70,00	28.859	58.315	87.174	61.022	62.700	66.437	129.137	111.433
H	100,00	186.876	286.383	473.259	473.259	237.651	304.205	541.856	541.856
TOTAL		3.441.868	680.445	4.122.313	658.271	6.284.104	763.575	7.047.679	897.656
% sobre total de risco					15,97%				12,74%

		Dezembro/2010							
		Banco				Consolidado			
Nível	Provisão Requerida %	A vencer	Vencidos (*)	Total	Provisão	A vencer (*)	Vencidos	Total	Provisão
AA	-	106.339	-	106.339	-	106.339	-	106.339	-
A	0,50	4.701.516	74.339	4.775.855	23.879	7.383.298	75.092	7.458.390	37.292
B	1,00	259.622	47.316	306.938	3.069	386.706	78.846	465.552	4.655
C	3,00	282.017	75.358	357.375	10.721	384.514	102.632	487.146	14.614
D	10,00	151.402	64.882	216.284	21.629	178.980	72.170	251.150	25.116
E	30,00	107.901	50.634	158.535	47.561	123.293	56.193	179.486	53.845
F	50,00	71.677	42.085	113.762	56.881	80.937	47.049	127.986	63.993
G	70,00	54.414	39.772	94.186	65.930	61.015	44.741	105.756	86.296
H	100,00	234.977	473.201	708.178	708.178	250.152	541.084	791.236	791.236
TOTAL		5.969.865	867.587	6.837.452	937.848	8.955.234	1.017.807	9.973.041	1.077.047
% sobre total de risco					13,72%				10,80%

(*) inclui operações vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Banco					
	1º semestre/2011				
	Operações de Crédito (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do semestre	937.848	-	118.430	15.856	1.072.134
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	95.504	-	-	-	95.504
- Provisão constituída	242.737	45.000	49.833	(3.135)	334.435
- Baixas contra a provisão	(617.818)	-	-	-	(617.818)
Saldo do fim do semestre	658.271	45.000	168.263	12.721	884.255
- Créditos recuperados (4) (5)	41.993	-	-	-	41.993
- Efeito no resultado (6)	(200.744)	(45.000)	(49.833)	3.135	(292.442)

Consolidado					
	1º semestre/2011				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do semestre	1.077.047	-	118.430	15.856	1.211.333
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	149.252	-	-	-	149.252
- Provisão constituída	407.538	45.000	49.833	(3.135)	499.236
- Baixas contra a provisão	(736.181)	-	-	-	(736.181)
Saldo do fim do semestre	897.656	45.000	168.263	12.721	1.123.640
- Créditos recuperados (4) (5)	45.092	-	-	-	45.092
- Efeito no resultado (6)	(362.446)	(45.000)	(49.833)	3.135	(454.144)

(1) Inclui outros créditos com características de operação de crédito;

(2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;

(3) Classificada em outras obrigações – diversas;

(4) No semestre findo em 30 de junho de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa nos montantes de R\$ 41.993 e R\$ 45.092 (sendo R\$41.993 de recuperação de crédito do Banco e R\$3.099 de recuperação de operação de arrendamento mercantil). No Banco e no Consolidado, a carteira de créditos renegociados totalizam R\$ 152.374 (R\$ 593.289 em 31 de dezembro de 2010);

(5) Contabilizado em Rendas de Operações de Crédito;

(6) Provisão constituída menos créditos recuperados.

e) Classificação por Setor de Atividade:

Banco				
Setor de atividade	Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	3.539.525	85,86	5.762.308	84,28
Agroindustria	26.069	0,63	51.248	0,75
Açúcar e Etanol	12.199	0,30	45.601	0,68
Agronegócio e Proteína Animal	13.870	0,33	5.647	0,07
Comércio	220.928	5,36	368.288	5,39
Atacado e Varejo	220.928	5,36	368.288	5,39
Indústrias de Base	101.540	2,46	94.757	1,40
Autopeças	6.432	0,16	16.894	0,26
Indústria Química	13.283	0,32	11.156	0,16
Óleo e Gás	31.688	0,77	36.243	0,53
Outras Indústrias	38.119	0,92	15.513	0,23
Papel e Celulose	12.018	0,29	14.951	0,22
Serviços	234.251	5,69	560.851	8,19
Construção e Incorporação	1.496	0,04	3.642	0,05
Financeiros	1.526	0,04	1.817	0,03
Locação de veículos	4.527	0,11	18.835	0,28
Mídia, TI e Telecom	21.947	0,53	36.898	0,54
Outros Serviços	55.894	1,36	359.811	5,24
Saúde, Segurança e Educação	2.843	0,07	6.061	0,09
Transporte e Logística	6.113	0,15	6.258	0,09
Utilitários	139.905	3,39	127.529	1,87
Total geral	4.122.313	100,00	6.837.452	100,00

Consolidado				
Setor de atividade	Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	6.335.788	89,90	8.751.013	87,75
Agroindustria	26.069	0,37	51.248	0,51
Açúcar e Etanol	12.199	0,17	45.601	0,46
Agronegócio e Proteína Animal	13.870	0,20	5.647	0,05
Comércio	350.031	4,97	515.172	5,16
Atacado e Varejo	350.031	4,97	515.172	5,16
Indústrias de Base	101.540	1,44	94.757	0,95
Autopeças	6.432	0,09	16.894	0,17
Indústria Química	13.283	0,19	11.156	0,11
Óleo e Gás	31.688	0,45	36.243	0,36
Outras Indústrias	38.119	0,54	15.513	0,16
Papel e Celulose	2.018	0,17	14.951	0,15
Serviços	234.251	3,32	560.851	5,63
Construção e Incorporação	1.496	0,02	3.642	0,04
Financeiros	1.526	0,02	1.817	0,02
Locação de veículos	4.527	0,06	18.835	0,19
Mídia, TI e Telecom	21.947	0,31	36.898	0,37
Outros Serviços	55.894	0,79	359.811	3,61
Saúde, Segurança e Educação	2.843	0,04	6.061	0,06
Transporte e Logística	6.113	0,09	6.258	0,06
Utilitários	139.905	1,99	127.529	1,28
Total geral	7.047.679	100,00	9.973.041	100,00

f) Concentração das operações de crédito

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	Junho/2011		Dezembro/2010		Junho/2011		Dezembro/2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	355.705	8,63	443.784	6,49	355.705	5,05	443.784	4,45
50 seguintes maiores devedores	161.360	3,91	391.516	5,73	174.080	2,47	400.413	4,01
100 seguintes maiores devedores	24.354	0,59	102.433	1,50	36.166	0,51	113.511	1,14
Demais devedores	3.580.894	86,87	5.899.719	86,28	6.481.728	91,97	9.015.333	90,40
Total	4.122.313	100,00	6.837.452	100,00	7.047.679	100,00	9.973.041	100,00

g) Cessões de Crédito:

No semestre findo em 30 de junho de 2011, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras e com FIDCs, no montante de R\$5.370.126, sendo R\$485.872 com coobrigação e R\$4.884.254 sem coobrigação, cujo valor presente nas datas das cessões de crédito totalizou a R\$401.752 e R\$4.111.651, respectivamente. O resultado apurado nas cessões de crédito foi registrado na rubrica "Rendas de Operações de crédito" no montante de R\$856.723. Os contratos e parcelas de contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos de crédito pessoal, consignado, financiamentos de veículos, conta garantida e capital de giro.

	Banco		
	Junho/2011		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Com coobrigação			
Credito direto ao consumidor	485.872	401.752	84.120
Subtotal	485.872	401.752	84.120
Sem coobrigação			
Credito direto ao consumidor	3.795.290	3.193.439	601.851
Empréstimo em consignação	947.557	778.584	168.972
Conta garantida e capital de giro	141.407	139.628	1.780
Subtotal	4.884.254	4.111.651	772.603
Total (1)	5.370.126	4.513.403	856.723

(1) Inclui cessões de crédito para o FGC – Fundo Garantidor de Créditos, sem coobrigação, em 31 de janeiro e 31 de março de 2011, nos montantes de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 1,0 bilhão, respectivamente, sem coobrigação

• **Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$3.094.971 (R\$3.327.390 em 31 de dezembro de 2010), no banco e consolidado, apurado pelo valor presente através das taxas dos contratos.

O valor presente apurados pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$3.672.907 (R\$3.972.159 em 31 de dezembro de 2010), no banco e consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 168.263 (R\$118.430 em 31 de dezembro de 2010), no banco e consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras Obrigações Diversas" (ver nota explicativa nº 18).

O resultado com cessões de crédito com coobrigação no semestre findo em 30 de junho de 2011 monta a R\$84.120 e está registrado na rubrica "Rendas de Operações de Crédito", referindo-se a contratos de financiamento de veículos.

h) Receitas de Operações de Crédito:

	Banco	Consolidado
	Junho/2011	Junho/2011
Lucros nas cessões de crédito – Crédito direto ao consumidor	685.971	603.856
Lucros nas cessões de crédito – Empréstimos em consignação	168.972	168.972
Lucros nas cessões de crédito – Conta garantida e giro	1.780	1.779
Cartão de crédito	172.189	172.189
Crédito direto ao consumidor	124.067	354.682
Empréstimos em consignação	98.175	98.175
Crédito pessoal	74.198	74.198
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	41.993	45.092
Conta garantida	18.672	18.672
Renegociações	8.157	8.157
Outras	33.725	33.725
Total	1.427.899	1.579.497

9) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (*)

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Créditos tributários (Nota 29c)	1.532.972	1.430.764	1.885.763	1.759.805
Valores a receber por cessão de créditos (a)	955.685	189.296	955.685	189.296
Títulos e créditos a receber (b)	513.022	546.848	513.022	546.848
Imposto de renda a compensar	59.029	43.851	71.885	49.360
Depósitos Judiciais e fiscais	32.324	29.073	44.161	38.551
Cartões de Crédito (c)	26.467	15.369	26.467	15.369
Valores a rec.de empréstimos consignados (d)	26.370	19.614	26.370	19.614
Valores a receber de sociedades ligadas	-	132.734	-	118.345
Valores a receber de bens leiloados	-	1.177	281	1.433
Valores a receber c/vendas de direitos creditórios s/oper.de arrendto. Merc. (e)	-	-	61.256	91.090
Outros	176.895	121.611	193.781	133.735
Total	3.322.764	2.530.337	3.778.671	2.963.446

(*) Inclui títulos e créditos a receber

- Inclui cessão de crédito, sem coobrigação, realizada com a Caixa Econômica Federal em 30 de Junho de 2011, cujo valor em aberto a ser recebido monta a R\$763.490;
- Refere-se a recebíveis de cartões com característica de concessão de crédito;
- Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram;
- Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vem sendo negociados pelo Banco, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30 de junho de 2011 é R\$12.721 (R\$15.856 em dezembro de 2010); e
- Refere-se a valores a receber oriundos da venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil.

10) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros

	Valor Residual							
	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	Junho/2011	Dezembro/2010	Custo	Provisão para perdas	Junho/2011	Dezembro/2010
Veículos	87.457	(48.102)	39.355	63.306	93.368	(50.628)	42.740	69.476
Veículos em regime especial	53.748	(41.901)	11.847	10.668	57.197	(45.350)	11.847	10.668
Outros	589	(437)	152	154	589	(437)	152	154
Total dos bens não de uso próprio	141.794	(90.440)	51.354	74.128	151.154	(96.415)	54.739	80.298
Outros bens	1.711	-	1.711	1.507	1.711	-	1.711	1.507
Total de outros valores e bens	143.505	(90.440)	53.065	75.635	152.865	(96.415)	56.450	81.805

b) Despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Comissões pagas a lojistas e promotoras	84.626	137.044	253.118	320.328
Gastos na emissão de títulos no exterior	19.120	22.268	19.120	22.268
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	1.244	3.058
Outras despesas antecipadas	-	2.502	-	2.502
Total	103.746	161.814	273.482	348.156

11) INVESTIMENTOS**a) Controladas e Coligadas:**

Empresas	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação consolidada no capital social	Lucro líquido ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação Junho/2011
			ON	PN			Junho/2011	Dezembro/2010	
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	141.521	135.636	11	-	99,97%	29.697	135.595	105.908	29.688
Panamericana de Seguros S.A.	71.256	151.912	335.085	4	98,75%	17.812	150.020	132.430	17.589
Total							285.615	238.338	47.277

b) Outros Investimentos

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Incentivos fiscais	-	-	261	261
Títulos patrimoniais	380	380	380	380
Ações e cotas	-	-	304	304
Outros	73	73	74	276
Total	453	453	1.019	1.221

12) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Banco	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				Junho/2011	Dezembro/2010
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	15.443	(11.596)	3.847	4.048
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.671	(1.582)	89	122
Sistemas de processamento de dados	20%	19.835	(16.030)	3.805	4.389
Sistemas de transportes	20%	308	(190)	118	143
Total em 30 de junho de 2011		37.257	(29.398)	7.859	-
Total em 31 de Dezembro de 2010		38.047	(29.345)	-	8.702

Consolidado	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				Junho/2011	Dezembro/2010
Imóveis de uso	4%	30.222	(2.216)	28.006	28.428
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	15.568	(11.684)	3.884	4.048
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.751	(1.625)	126	122
Sistemas de processamento de dados	20%	19.895	(16.090)	3.805	4.389
Sistemas de transportes	20%	353	(235)	118	143
Outras imobilizações	-	95	-	95	170
Total em 30 de junho de 2011		67.884	(31.850)	36.034	-
Total em 31 de Dezembro de 2010		68.664	(31.364)	-	37.300

13) INTANGIVEL

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				Junho/2011	Dezembro/2010
Gastos c/Desenv. e Logiciais	20% a 50%	13.793	(6.810)	6.983	5.811
Benfeitorias	10%	2.889	(1.151)	1.738	1.906
Outros	10%	22	(18)	4	5
Total em 30 de junho de 2011		16.704	(7.979)	8.725	-
Total em 31 de dezembro de 2010		14.579	(6.857)	-	7.722

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				Junho/2011	Dezembro/2010
Gastos c/Desenv. e Logiciais	20% a 50%	14.660	(7.608)	7.052	5.840
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.889	(1.150)	1.738	1.906
Outros	10%	22	(18)	4	5
Total em 30 de junho de 2011		17.571	(8.777)	8.794	-
Total em 31 de dezembro de 2010		15.387	(7.636)	-	7.751

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos c/ Desenv.e Logiciais	Benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.811	1.906	5	7.722
Adições/Baixas	2.201	(51)	-	2.150
Amortização do período	(1.029)	(117)	(1)	(1.147)
Saldo em 30 de junho de 2011	6.983	1.738	4	8.725

Consolidado	Gastos c/ Desenv.e Logiciais	Benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.840	1.906	5	7.751
Adições/Baixas	2.217	(50)	-	2.167
Amortização do período	(1.005)	(118)	(1)	(1.124)
Saldo em 30 de junho de 2011	7.052	1.738	4	8.794

14) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos

Banco	Junho/2011				Junho/2011	Dezembro/2010
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
• Depósitos à vista (1)	42.463	-	-	-	42.463	46.282
• Depósitos interfinanceiros	58.990	66.335	3.614	7.224	136.163	816.863
• Depósitos a prazo	33.745	1.228.832	278.085	1.804.208	3.344.870	4.728.839
Total em 30 de junho de 2011	135.198	1.295.167	281.699	1.811.432	3.523.496	-
Total em 31 de dezembro de 2010	393.069	1.497.015	1.380.794	2.321.106	-	5.591.984

Consolidado	Junho/2011				Jun/2011	Dez/2010
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
• Depósitos à vista (1)	41.353	-	-	-	41.353	43.234
• Depósitos interfinanceiros	58.990	66.335	3.614	7.224	136.163	816.863
• Depósitos a prazo	33.745	1.228.832	276.977	1.802.020	3.341.574	4.725.711
Total em 30 de junho de 2011	134.088	1.295.167	280.591	1.809.244	3.519.090	-
Total em 31 de dezembro de 2010	390.021	1.496.355	1.380.794	2.318.638	-	5.585.808

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

b) Captações no mercado aberto

	Junho/2011					
	Banco			Consolidado		
	Até 30 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 30 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira Própria	207.354	117.170	324.524	116.996	117.170	234.166
• Letras financeiras do tesouro-LFT	207.354	117.170	324.524	116.996	117.170	234.166
Carteira de Terceiros	329.260	-	329.260	49.999	-	49.999
• Letras do Tesouro Nacional-LTN	49.999	-	49.999	49.999	-	49.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	279.261	-	279.261	-	-	-
Total em 30 de junho de 2011	536.614	117.170	653.784	166.995	117.170	284.165
Total em 31 de dezembro de 2010	21.903	114.530	136.433	2.001	114.530	116.531

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Banco e Consolidado	Junho/2011					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e Valores Mobiliários - país						
• Letras Financeiras	-	-	-	-	5.714	5.714
Subtotal	-	-	-	-	5.714	5.714
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)						
• Euro Medium-Term Notes	-	10.446	3.886	-	764.718	779.050
Subtotal	-	10.446	3.886	-	764.718	779.050
Total em 30 de junho de 2011	-	10.446	3.886	-	770.432	784.764
Total em 31 de dezembro de 2010	-	11.379	4.600	-	833.100	849.079

(1) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Em 22 de fevereiro de 2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total atual é de US\$500.000 através da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$200.000 foram colocados em 26 de outubro de 2009 e US\$300.000 em 04 de agosto de 2010.

A seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Banco e Consolidado	
			Junho/2011 (1)	Dezembro/2010
200.000	7,000% a.a.	26/10/2012	316.106	337.840
300.000	5,500% a.a.	04/08/2015	462.944	511.239
Total			779.050	849.079

O ajuste da MTM das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$15.832, no semestre findo em 30 de junho de 2011.

d) Despesas de Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Emissão de Títulos e Dívidas Subordinadas:

	Junho/2011	
	Banco	Consolidado
Depósitos a prazo	271.117	270.922
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	91.485	91.485
Depósitos Interfinanceiros	31.427	31.427
Operações compromissadas	16.475	16.475
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	11.751	11.751
Despesas de Letras Financeiras	46	46
Marcação a Mercado de Captações no Exterior	(25.567)	(25.567)
Variação cambial positiva	(133.762)	(133.762)
Despesas de captação através de FIDCs	-	25.726
Encargos sobre obrigação por venda de direitos creditórios de arrendamento mercantil	-	16.327
Total	262.972	304.830

15) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos a serem repassados aos cessionários.

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	1.165.722	1.594.853	1.130.496	1.594.853
Total	1.165.722	1.594.853	1.130.496	1.594.853

16) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Segue abaixo a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

					Banco e Consolidado	
Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação (US\$)	Moeda	Remuneração	Junho/2011	Dezembro/2010
No Exterior:						
2016	10	50.000	US\$	Taxa de 11,00% a.a.	81.986	87.586
2016	10	75.000	US\$	Taxa de 11,00% a.a.	122.954	131.380
2020	10	500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	783.020	847.066
Total					987.960	1.066.032

A marcação a mercado das dívidas subordinadas, foi contabilizada em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$9.735, no semestre findo em 30 de junho de 2011.

17) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

Referem-se à provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS no montante de R\$432.204 (R\$367.604 em 31 de dezembro de 2010) no Banco e R\$492.837 (R\$420.751 em 31 de dezembro de 2010) no Consolidado, que vem sendo questionadas judicialmente e encontram-se amparados por sentença favorável de primeira instância. O Banco e suas controladas estão questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98 e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são possíveis.

b) Provisão para Contingências:

O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos de naturezas cíveis e trabalhistas, representados por ações de danos morais e reclamações trabalhistas diversas. As respectivas provisões são constituídas conforme os critérios descritos na nota explicativa nº 3, que leva em consideração as avaliações e posicionamentos dos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

I - Provisões segregadas por natureza

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Processos cíveis	82.914	75.048	91.960	83.383
Processos tributários	15.844	16.928	23.319	22.659
Processos trabalhistas	5.648	3.647	9.541	7.409
Subtotal (1)	104.406	95.623	124.820	113.451
Provisão para riscos fiscais (2)	432.204	367.604	492.837	420.751
Total	536.610	463.227	617.657	534.202

(1) Nota 18b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 18a).

II - Movimentação das provisões

Banco	Junho/2011					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo no início do semestre	3.647	75.048	16.928	95.623	367.604	463.227
Constituições líquidas de reversões e baixas	2.001	7.866	(1.084)	8.783	64.600	73.383
Saldo no fim do semestre	5.648	82.914	15.844	104.406	432.204	536.610

Consolidado	Junho/2011					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo no início do semestre	7.409	83.383	22.659	113.451	420.751	534.202
Constituições líquidas de reversões e baixas	2.132	8.577	660	11.369	72.086	83.455
Saldo no fim do semestre	9.541	91.960	23.319	124.820	492.837	617.657

III – As ações em aberto possuem as seguintes classificações de risco:

Banco				
Classificação de risco	Junho/2011			Dezembro/2010
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável:				
Trabalhistas(b)	306	35.594	5.643	2.852
Cíveis	29.132	669.775	82.914	17.355
Tributárias	25	5.354	5.354	6.960
Subtotal	29.463	710.723	93.911	27.167
Perda possível:				
Trabalhistas	-	-	-	795
Cíveis	-	-	-	57.693
Tributárias(a)	84	20.980	10.490	9.968
Subtotal	84	20.980	10.490	68.456
Perda remota:				
Trabalhistas	44	2.831	5	-
Cíveis	22.236	233.251	-	-
Subtotal	22.280	236.082	5	-
Total	51.827	967.785	104.406	95.623

Consolidado				
Classificação de risco	Junho/2011			Dezembro/2010
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Perda provável:				
Trabalhistas(b)	387	52.747	9.536	6.126
Cíveis	31.197	724.680	91.960	19.737
Tributárias	94	17.404	12.829	12.691
Subtotal	31.618	794.831	114.325	38.554
Perda possível:				
Trabalhistas	-	-	-	1.284
Cíveis	-	-	-	63.645
Tributárias(a)	84	20.980	10.490	9.968
Subtotal	84	20.980	10.490	74.897
Perda remota:				
Trabalhistas	49	3.196	5	-
Cíveis	23.628	284.139	-	-
Subtotal	23.677	287.335	5	-
Total	55.439	1.103.146	124.820	113.451

- (a) Aumento relativo a reclassificação do risco das ações de ISS – Imposto Sobre Serviço de remota para possível, com provisão de 50%
- (b) Aumento relativo a reclassificação do risco das ações trabalhistas de possível para provável.

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado do Banco ou das empresas controladas.

18) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Provisão para riscos fiscais (nota 17a)	432.204	367.604	492.837	420.751
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/2009 (1)	40.641	36.948	43.288	39.435
Provisão para imposto de renda diferido (nota 29e)	18.317	7.487	230.550	204.989
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7.095	8.332	7.350	8.571
Impostos e contribuições sobre salários	1.828	310	2.093	450
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.773	417	1.773	417
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	1.668	1.090	2.290	1.811
Cofins a recolher	1.336	871	1.416	994
PIS a recolher	217	141	234	168
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	13.216	-
Outros	-	-	47	2.021
Total	505.079	423.200	795.094	679.607

(1) O Banco Panamericano e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Em 30 de junho de 2011, os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas apresenta a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Débitos previdenciários	37.249	33.556	37.249	33.396
Demais débitos	3.392	3.392	6.039	6.039
Total	40.641	36.948	43.288	39.435

b) Diversas

	Banco		Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Captação de recursos FIDCs	-	-	1.490.760	1.140.273
Valores a pagar a estabelec. ref. compras c/ cartões de crédito	452.111	523.191	452.111	523.191
Provisão p/ créditos cedidos de liquidação duvidosa (veja nota nº 8d)	168.263	118.430	168.263	118.430
Provisão para passivos contingentes	104.406	95.623	124.820	113.451
Valores a pagar a sociedades ligadas	95.139	336.881	149	231.702
Valores a pagar a lojistas	42.833	29.917	42.833	29.917
Provisão para pagamentos a efetuar	25.365	20.921	29.951	26.147
Arrecadação de cobrança	24.878	44.585	24.878	44.585
Cheques administrativos	47	584	47	584
Obrig. por Op. venda ou transf. Financ. Arrend. Mercantil	-	-	140.087	334.972
Depósitos de terceiros	-	-	49	86
Valores específicos de consórcio	-	-	8.359	8.799
Outros	114.466	66.521	117.670	73.174
Total	1.027.508	1.236.654	2.599.977	2.645.311

19) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS - CONSOLIDADO

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos

	Junho/2011	Dezembro/2010
Acidentes pessoais coletivos	32.093	28.832
Desemprego/Perda de renda	11.176	-
Rendas de eventos aleatórios	3.295	3.761
Prestamistas	758	46.123
Vida em grupo	-	4.276
Total	47.322	82.992

b) Sinistros a liquidar

	Junho/2011	Dezembro/2010
Acidentes pessoais coletivos	4.369	3.824
Vida em grupo	2.610	2.182
Rendas de eventos aleatórios	1.216	1.239
Prestamistas	1.139	1.737
Desemprego/Perda de renda	61	-
Outros	15	15
Subtotal	9.410	8.997
DPVAT	21.094	24.008
Total	30.504	33.005

Do montante de R\$9.410 (R\$8.997 em dezembro de 2010), o valor de R\$3.218 (R\$2.965 em dezembro de 2010) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	Junho/2011			Dezembro/2010
	Quantidade de processos	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor provisionado
Perda provável	333	3.218	3.218	161
Perda possível	-	-	-	2.702
Perda remota	-	-	-	102
Total	333	3.218	3.218	2.965

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	Junho/2011	Dezembro/2010
Prestamistas	9.060	3.251
Vida em grupo	8.364	480
DPVAT	8.116	1.534
Acidentes pessoais coletivos	1.558	4.829
Desemprego/Perda de renda	786	-
Rendas de eventos aleatórios	224	263
Resseguros	35	-
Total	28.143	10.357

d) Outras provisões

	Junho/2011	Dezembro/2010
Vida em grupo	351	88
Acidentes pessoais coletivos	168	2.329
DPVAT	120	59
Prestamistas	-	456
Desemprego/Perda de renda	-	-
Rendas de eventos aleatórios	-	99
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	94	86
Total	733	3.117

Total das provisões técnicas – seguros e resseguros	106.702	129.471
--	----------------	----------------

20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2011 é de R\$1.108.091, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal demonstrados a seguir:

	Junho/2011	Dezembro/2010
Ordinárias	131.881.028	131.881.028
Preferenciais	112.462.912	112.462.912
Total	244.343.940	244.343.940

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a esta reserva estatutária, com a finalidade de ser incorporada futuramente ao capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, atualizada pela Lei 11.638.

Em reunião realizada em 27 de abril de 2011, o Conselho de Administração do Banco aprovou, por unanimidade, o cancelamento de distribuição dos juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2010 no valor bruto de R\$6.000, que seriam pagos até 30 de abril de 2011.

O cancelamento da distribuição do JCP se justifica tendo em vista que: (i) foram verificadas, conforme divulgado no Fato Relevante publicado em 09 de novembro de 2010, que as demonstrações financeiras até então publicadas, incluindo as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2010, base da deliberação dos JCP, estavam definitivamente comprometidas em sua missão de prestar informações de qualidade e fidedignidade consoante aos princípios contábeis e, portanto, não refletiam a real situação patrimonial do Banco à época, tendo inclusive sido identificadas posteriormente perdas que somadas chegam à ordem de aproximadamente R\$4.300.000; e (ii) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2010 e 30 de novembro de 2010, únicas demonstrações financeiras fidedignas da Companhia, apontam a inexistência de lucro líquido, o que impossibilita o pagamento de JCP, de acordo com a legislação em vigor.

d) Depósito de Acionista:

Em 31 de janeiro de 2011, mediante operação financeira complementar, que contou com o conhecimento do BACEN e com o apoio financeiro do FGC – Fundo Garantidor de Crédito foram aportados recursos no valor de R\$ 1.300.000 no Banco Panamericano S.A. para assumir os

prejuízos decorrentes das irregularidades contábeis adicionais, divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 do banco. O objetivo deste aporte foi reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional do Banco.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

Refere-se a baixa de contas transitórias ativas e passivas, pendentes a mais de 180 dias, no montante de R\$50.789 (R\$30.474 líquida dos efeitos tributários).

21) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco	Consolidado
	Junho/2011	Junho/2011
Operações de crédito	86.299	86.299
Rendas de cartões	58.645	58.645
Rendas de serviços de cobrança	27.294	27.294
Administração de consórcios	-	7.222
Outras	7.952	8.383
Total	180.190	187.843

22) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco	Consolidado
	Junho/2011	Junho/2011
Proventos	13.122	18.623
Encargos Sociais	5.573	8.028
Honorários	4.616	4.907
Benefícios	1.381	2.579
Outros	98	298
Total	24.790	34.435

23) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco	Consolidado
	Junho/2011	Junho/2011
Comissões pagas a lojistas e promotoras	416.342	443.512
Serviços de terceiros	76.314	83.499
Processamento de dados	47.560	48.163
Acordos judiciais	33.220	37.030
Serviços do sistema financeiro	30.107	34.055
Despesas c/ busca e apreensão de bens	26.644	26.891
Comunicações	20.617	20.690
Aluguéis	7.133	6.246
Taxas e emolumentos	5.643	6.359
Propaganda, promoções e publicidade	5.251	5.573
Transporte	3.606	3.678
Depreciação e amortização	2.375	2.403
Manutenção e conservação de bens	1.146	1.149
Viagens	1.102	1.109
Administração de Fundo	-	4.907
Materiais de consumo	266	266
Outras	32.787	35.467
Total	710.113	760.997

24) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco	Consolidado
	Junho/2011	Junho/2011
Contribuição à Cofins	47.506	49.931
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.077	12.867
Contribuição ao PIS	7.720	8.144
Impostos e taxas	6.003	3.164
Total	70.306	74.106

25) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco	Consolidado
	Junho/2011	Junho/2011
Atualização monetária de valores a receber - cessão	65.037	65.037
Restituição de prêmios de seguros	33.500	33.500
Reversão de provisões	27.667	27.823
Taxa de Registro de Cartórios – CDC	6.661	6.661
Recuperação de encargos e despesas	557	1.554
Juros e multa em atraso sobre recebimento	-	10.737
Outras rendas operacionais	19.356	34.580
Total	152.778	179.892

b) Outras despesas operacionais:

	Banco	Consolidado
	Junho/2011	Junho/2011
Despesa de cessão de operações de crédito	148.065	148.065
Prejuízo c/ operações de crédito/financiamento	19.657	19.657
Variação monetária passiva	17.740	19.363
Provisões	9.867	11.391
Desconto concedido	4.519	4.519
Fraudes indedutíveis – cartões de crédito	3.697	3.697
Despesas na apreensão de veículos	1.485	1.620
Administração de Apólice de Seguros	-	5.104
Outras	979	17.717
Total	206.009	231.133

26) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco		
	Junho/2011	Dezembro/2010	1º sem/2011
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	708.679	794.489	47.662
Total	708.679	794.489	47.662
Títulos e valores mobiliários (b)			
Caixa CDC FIDC	313.182	314.840	(1.659)
Caixa Master CDC FIDC	832.435	853.386	(44.252)
FIDC FF Multisegmentos	-	39.304	414
FIDC F BP	118.436	52.663	(40.098)
Total	1.264.053	1.260.193	(85.595)
Outros créditos – Arrecadações de cobrança (c)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	-	1	-
Panamericana de Seguros S.A.	-	14.391	-
Total	-	14.392	-
Depósitos a vista (d)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(491)	(1.988)	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(91)	(719)	-
Panamericana Seguros S.A.	(420)	(476)	-
Total	(1.002)	(3.183)	-
Depósitos a prazo (f)			
Pessoal chave da administração	(335)	(316)	(19)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(3.296)	(3.128)	(194)
Total	(3.631)	(3.444)	(213)
Outras obrigações (h)			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(87.927)	(89.909)	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(113)	-	-
Panamericana de Seguros S.A.	(7.099)	(16.071)	-
Total	(95.139)	(105.980)	-
Outras despesas administrativas (i)			
Panamericana de Seguros S.A.	-	-	(1.222)
Total	-	-	(1.222)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)			
FIDC F BP	-	-	79.018
Total	-	-	79.018
Resumo por conta			
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)	708.679	794.489	47.662
Títulos e valores Mobiliários (b)	1.264.053	1.260.193	(85.595)
Outros créditos – Arrecadações de cobrança (c)	-	14.392	-
Depósitos a vista (d)	(1.002)	(3.183)	-
Depósito a prazo (f)	(3.631)	(3.444)	(213)
Outras obrigações (h)	(95.139)	(105.980)	-
Outras despesas administrativas (i)	-	-	(1.222)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)	-	-	79.019
Total	1.872.960	1.956.467	39.650

	Consolidado		
	Junho/2011	Dezembro/2010	1º sem/2011
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas) (I)
Outros créditos – Arrecadação de cobrança (c)			
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	5	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	118.340	-
Total	-	118.345	-
Cessão de crédito (k)			
Caixa Econômica Federal	822.905	33.612	-
Total	822.905	33.612	-
Depósitos a vista (d)			
Panamericano DTVM S.A.	-	(129)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	(1.012)	-
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	(7.183)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(493)	-
Vimave Comércio de Eletro – Eletrônicos Ltda.	-	(4)	-
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	(7)	-
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	(11)	-
Liderança Capitalização S.A.	-	(2)	-
BF Utilidades Domesticas Ltda.	-	(5)	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	(2)	-
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(6)	-
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	(17)	-
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	(182)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(3)	-
Panamericano Com Prod. E Serv. Ltda.	-	(76)	-
Oscar Freire Open View-Emp. Imob. Ltda.	-	(8)	-
Galeno de Almeida Open View	-	(7)	-
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	(1)	-
Hotel Jequití Ltda.	-	(48)	-
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	-	(321)	-
Teatro Imprensa Produções Artísticas Ltda.	-	(1)	-
Total	-	(9.518)	-
Depósitos interfinanceiros (e)			
Panamericano DTVM S.A.	-	(6.738)	(246)
Total	-	(6.738)	(246)
Depósitos a prazo (f)			
Pessoal chave da administração	-	(3.012)	(139)
Perícia A. C. Seg. Previdência Privada Ltda.	-	(6.877)	(293)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(9)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(126)
BF Utilidades Domesticas Ltda.	-	(808)	(37)
Vimave Vila Maria Veículos Ltda.	-	(1.102)	(49)
Vimave Pacaembu Veículos Ltda.	-	(230)	(10)
SSF Fomento Comercial Ltda.	-	(199)	(9)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	(14.349)	(417)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda.	-	(1.152)	(46)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	(9.041)	(1.712)
Total	-	(36.779)	(2.838)
Caixa CDC FIDC (g)			
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(4.262)	(32)
Pessoal chave da administração	-	(57.301)	(2.803)
Subtotal	-	(61.563)	(2.835)

	Consolidado		
	Junho/11	Dezembro/2010	1º sem/2011
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas) (l)
Caixa Master CDC FIDC (g)			
Pessoal chave da administração	-	(2.719)	(150)
Subtotal	-	(2.719)	(150)
Total	-	(64.282)	(2.985)
Outras obrigações (h)			
Caixa Econômica Federal	(94.376)	-	-
Panamericano DTVM S.A.	-	(800)	-
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	(6.402)	-
Panamericano Adm. de Cartões de crédito Ltda.	-	(223.406)	-
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	(913)	-
Silvio Santos Participações Ltda.	-	(181)	-
Total	(94.376)	(231.702)	-
Outras despesas administrativas (i)			
Panamericano DTVM S.A.	-	-	(4.283)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(66.741)
Panamericano Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	(36.323)
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	-	(1.187)
BF Par Utilidades Domésticas Ltda	-	-	(1.103)
Hotel Jequití Ltda.	-	-	(2)
Panseg Promoções e Vendas Ltda.	-	-	(1.118)
Promolider Promotora Vendas Ltda.	-	-	(40)
Silvio Santos Participações Ltda.	-	-	(17)
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	-	(6)
GSS Centro de Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	(753)
Panamericano Com. Prod. e Serv. Ltda	-	-	(1.217)
Braspag Tecnologia Pagamento Ltda	-	-	(76)
SS Comércio de Cosméticos e Prod. de Higiene Pessoal Ltda.	-	-	(5)
Total	-	-	(112.871)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)			
Caixa Econômica Federal	-	-	209.546
Total	-	-	209.546
Resumo por conta			
Outros créditos – Arrecadações de cobrança (c)	-	118.345	-
Depósitos a vista (d)	-	(9.518)	-
Depósitos interfinanceiros (e)	-	(6.738)	(246)
Depósitos a prazo (f)	-	(36.779)	(2.838)
Caixa CDC FIDC/Caixa Master CDC FIDC (g)	-	(64.282)	(2.985)
Outras obrigações (h)	(94.376)	(231.702)	-
Outras despesas administrativas (i)	-	-	(112.871)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)	-	-	209.546
Cessão de crédito (k)	822.905	33.612	-
Total	728.529	(197.062)	90.606

(a) Refere-se a aplicação do Banco na Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas;

(c) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados, que são repassados em D + 1;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco;

(e) Refere-se a captação através de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se a captação através de depósitos a prazo efetuados no Banco;

(g) Referem-se a captação através de cotas do FIDC;

(h) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados através de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pela DTVM;

(i) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(j) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito;

(k) Refere-se a cessão de crédito a receber sem coobrigação; e

(l) Exceto pelas informações da Caixa Econômica Federal e pessoal chave da administração, as demais informações de Receitas e despesas referem-se a transações com empresas consideradas como partes relacionadas até 27 de maio de 2011, data da troca do controle acionário do Banco Panamericano.

b) Remuneração dos Administradores

- **Benefícios de curto prazo a administradores (1)**

	Junho/2011	
	Banco	Consolidado
Despesas de honorários	4.616	4.907
Contribuição ao INSS	1.003	1.069
Total	5.619	5.976

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

- **Outras informações**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

27) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- **Gestão de Riscos**

Instrumentos financeiros (Banco e consolidado)

O Banco possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuição da Diretoria de Controladoria e Compliance, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

Os riscos inerentes aos instrumentos financeiros são risco de taxas de juros e de contraparte.

- **Gestão do Capital**

O gerenciamento da estrutura de capital deve buscar a otimização da relação risco e retorno, adequando as alocações ao apetite de risco e maximizando a relação risco x retorno. O conglomerado tem por definição maximizar a utilização do seu capital a partir da eficiência na composição das suas alocações de recursos e os seus respectivos fatores de risco.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O Banco realiza a mensuração do capital regulamentar de acordo com os modelos padronizados do Novo Acordo de Capitais de Basileia, conforme estabelecido pelo CMN e pelo BACEN, avaliando mensalmente o nível de adequação de sua estrutura de capital aos riscos incorridos na condução dos seus negócios e atividades.

Demonstramos a seguir o cálculo do Índice de Basiléia.

Estrutura de Capital	Conglomerado			
	Sigla	Junho/2011	Março/2011	Dezembro/2010
1. Patrimônio de Referência	PR	1.690.422	1.902.929	(721.140)
1.1 Nível I	PR I	1.126.957	1.268.627	(721.140)
1.2 Nível II	PR II	563.465	634.302	-
2 Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco	PEPR	1.126.673	1.194.546	1.338.780
3 Parcela de Juros (Pré Fixados)	PJUR1	38.735	32.020	38.977
4 Parcela do Risco Operacional	POPR	324.901	324.901	348.567
5 Parcela de ações	PACS	4.598	5.063	-
6 Patrimônio de Referência Exigido (2+3+4+5)	PRE	1.494.908	1.556.530	1.726.324
7 Parcela do Risco das Posições <i>Banking</i>	RBAN	71.172	85.321	75.421
8 Valor da Margem (1 – 6 – 7)		124.342	261.078	(2.669.908)
Índice de Basiléia (1 x 100) / (6 / 0,11)		12,44%	13,45%	-4,60%

O Índice da Basiléia atingiu 12,44% em 30 de junho de 2011, considerando-se os efeitos da Res. CMN 3.398/06 na composição do Patrimônio de Referência – PR, que atingiu R\$1.690,4 milhões no final do semestre.

A exigência de capital regulamentar, dada pelo Patrimônio de Referência Exigido - PRE, apresentou redução em função, principalmente, da diminuição da parcela de risco de crédito - PEPR, refletindo as cessões de crédito realizadas no semestre.

Os ajustes efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 apresentaram impacto relevante na estrutura de capital, reduzindo o Patrimônio Líquido e apurando PR Nível I negativo. Esse fato gerou ainda desenquadramento em relação ao limite de imobilização, ocasionado exclusivamente pela redução do PR e não devido a qualquer alteração no perfil de imobilização do conglomerado.

As informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, especificamente na nota explicativa 32 (Limite Operacional – Acordo da Basiléia) devem ser retificadas. Ocorreram ajustes no tratamento do crédito tributário e do limite de imobilizado, além de outros ajustes imateriais. O procedimento afetou o PR e o PRE, conforme segue:

	Conglomerado retificado (a)		DF Exercício 2010 (b)	(a – b)
	Sigla	Dezembro/2010	Dezembro/2010	
0. Patrimônio de Referência Limite Imobilização	PR LI	(868.163)	(888.755)	20.592
1. Patrimônio de Referência	PR	(721.140)	(888.755)	167.615
1.1 Nível I	PR I	(721.140)	(888.755)	167.615
2 Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco	PEPR	1.338.780	1.315.898	22.882
3 Parcela de Juros (Pré Fixados)	PJUR1	38.977	38.977	-
4 Parcela do Risco Operacional	POPR	348.567	348.567	-
6 Patrimônio de Referência Exigido (2+3+4+5)	PRE	1.726.324	1.703.442	22.882
7 Parcela do Risco das Posições <i>Banking</i>	RBAN	75.421	75.421	-
8 Valor da Margem (1 – 6 – 7)		(2.669.908)	(2.667.618)	(2.290)
Índice de Basiléia (1 x 100) / (6 / 0,11)		-4,60%	-5,74%	1,14%

As contas consideradas na apuração dos efeitos do crédito tributário na estrutura de capital foram revistas, visando aderência ao previsto na Resolução 3.444/07. A adequação do tratamento dos créditos tributários provenientes de superveniência de depreciação geraram redução de R\$162.407 na conta 110.05 do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) que, sendo essa uma conta redutora, resultou em acréscimo no PR Nível I. Como contrapartida, o saldo da conta 630 (PEPR) foi majorado em R\$18.094 na exigência de capital.

Nesse contexto, foi apurada penalidade decorrente do limite de imobilização no montante de R\$147.022 que, deduzido do PR, fornece o PR para Limite de Imobilização (PR_LI), que, no entanto, não é considerado no cálculo do índice de Basiléia, mas somente na margem operacional. Finalmente, houve acréscimo de R\$5.208 no patrimônio, decorrente da reclassificação de posição acionária do conglomerado, e aumento de R\$4.788 no PEPR, decorrente de ajustes diversos.

O efeito conjunto dos ajustes (Imobilização, crédito tributário e ajustes imateriais) gerou, considerando a base dezembro 2010, índice de Basiléia negativo de 4,60% e insuficiência de R\$2.669.908 de

margem operacional, cenário que vem sendo revertido a partir das medidas de ajuste adotadas pela Administração e dos fatos decorrentes da reestruturação societária ocorrida no primeiro semestre de 2011.

- **Risco de Crédito**

São riscos decorrentes da possibilidade de perda devido à não realização, nos prazos e taxas pactuadas, ou não recebimento dos créditos, relativos aos instrumentos financeiros. O gerenciamento desses riscos, com a definição de limites específicos para essas operações, deve estar disciplinado por políticas que objetivam a segurança, qualidade e liquidez dos ativos e, conseqüentemente a preservação da solvabilidade e integridade da instituição.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras nos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	Banco e Consolidado	
	Junho/2011	Dezembro/2010
Passivos – Dólar		
Dívida subordinada	987.960	1.066.032
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	779.050	849.079
Total	1.767.010	1.915.111

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Banco e Consolidado			
	Valor de Referência		Saldo Contábil	
	Junho/2011	Dezembro/2010	Junho/2011	Dezembro/2010
Ativos - Dólar				
Swap	1.771.643	1.909.963	2.130.593	1.956.618
Total	1.771.643	1.909.963	2.130.593	1.956.618

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do conglomerado. Esses riscos são gerenciados por meio de metodologias aderentes às melhores práticas. O conglomerado tem como política o acompanhamento diário da gestão das carteiras.

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices INPC, IPCA, IGPM, SELIC, DI e exposição à variação cambial. As variações cambiais são referenciadas ao Dólar Americano (US\$).

As operações e respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

- **Carteira Trading:** operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

- **Carteira Banking:** operações não classificadas na Carteira Trading. Consistem nas exposições estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e operações de hedge dessas exposições. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking), conforme Instrução CVM nº 475/08. Os resultados reproduzem os impactos potenciais de exposições financeiras das carteiras (principalmente do fator taxa de juros), em situação de estresse, entretanto, não implicam necessariamente em realização de prejuízo financeiro ou contábil. A

administração pode alterar a sua estratégia, através de mecanismos de mercado, reposicionando os seus ativos e passivos e seus respectivos fatores de risco, o que minimiza os impactos decorrentes de eventuais cenários desfavoráveis.

Como estratégia de negócios e fonte de liquidez, a instituição realiza operações de cessão de créditos para outras instituições financeiras, em caráter definitivo ou coobrigadas. Esta estratégia determina a classificação de parcela substancial das operações de crédito na Carteira Trading, atendendo às normas do BACEN que prevêem a intenção de negociação. Como resultado desta classificação, a exigência de capital regulatório correspondente ao risco de mercado é sensibilizada.

Análise de Sensibilidade em 30 de junho de 2011.

Fatores de Risco	Carteira Trading e Banking Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	taxas de juros Pré Fixadas (aumento)	(655)	(193.144)	(364.787)
Moeda Estrangeira	cambial (redução)	(13)	(318)	(636)
Cupom Cambial	taxas dos cupons de dólar (redução)	(6)	(717)	(1.396)
Cupom de Índ. de Preços	taxas dos cupons de Índ. Preços (redução)	(85)	(14.913)	(30.838)
Ações	preços de ações (redução)	(291)	(7.280)	(14.559)
Total 30 de junho/2011		(1.050)	(216.372)	(412.216)
Total 31 de março/2011		(1.561)	(262.247)	(501.461)
Total 31 de dezembro/ 2010		(1.473)	(226.686)	(431.783)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários propostos e não incorpora os seus efeitos sobre a provisão para Imposto de Renda, uma vez que tais impactos afetariam negativamente nossas posições. Os choques consideraram as informações de mercado de 30.06.11 (BM&F Bovespa):

Cenário 1 Provável: aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% para variação para preços. A cotação Reais/Dólar foi de R\$ 1,55; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 12,66% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 4,28%, e o cupom do IPCA de 1 ano foi de 7,02% a.a.;

Cenário 2 Possível: aplicados choques de 25% nos preços e taxas. A cotação Reais/Dólar foi de R\$ 1,17; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 15,81% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 3,22%; e a taxa do cupom IPCA de 1 ano foi de 5,27% a.a.;

Cenário 3 Remoto: aplicados choques de 50% nos preços e taxas. A cotação Reais/Dólar foi de R\$ 0,78; a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 18,97% a.a.; o cupom de dólar de 1 ano foi de 2,15%; e a taxa do cupom de IPCA de 1 ano foi de 3,52% a.a.

- **Risco de Liquidez**

Refere-se à capacidade do conglomerado de monitorar o descasamento entre os prazos dos recebimentos dos ativos e aplicações financeiras em comparação aos pagamentos das obrigações assumidas. A gestão desse risco deve estar normatizada, havendo acompanhamento diário dessa posição.

28) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco e suas controladas contribuem mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco e de suas controladas como patrocinadores. No semestre findo em 30 de junho de 2011, o montante dessa contribuição foi de R\$345 no Banco e R\$542 no consolidado.

Além desse benefício, o Banco Panamericano oferece aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento. O montante dessas despesas totalizaram no semestre findo em 30 de junho 2011 R\$1.455 no banco e R\$2.736 no consolidado.

29) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre/2011	
	Banco	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(38.836)	(16.009)
Alíquota efetiva (1)	40%	-
Encargos/Créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	15.535	6.473
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	18.911	-
Ajuste de Crédito Tributários de Exercício Anteriores (3)	-	2.136
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	112
Outros valores (4)	36.616	58.144
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	71.062	66.865

- (1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada para a Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (25% de imposto de renda e 9% para contribuição social);
- (2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3m);
- (3) Diferença de Crédito tributário sobre adições temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa do ano de 2010 na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A;
- (4) Os outros valores apresentam a seguinte composição: (i) Fraudes indedutíveis de cartões no montante de (R\$1.478) no Banco e no consolidado; (ii) Reversão de PDD do Fundo de Investimento FF Multisegmento, encerrado em 29 de junho de 2011, nos montantes de R\$38.201 e R\$59.700, respectivamente no Banco e no consolidado; (iii) Outras adições/exclusões permanentes no montante de (R\$107) no Banco e (R\$78) no consolidado.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Banco			
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	233.490	171.975	(194.883)	210.582
Provisão para contingências cíveis	29.216	3.147	-	32.363
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	138.995	25.840	-	164.835
Provisão para contingências trabalhistas	1.321	800	-	2.121
Provisão para contingências tributárias	6.771	-	(433)	6.338
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprios	-	36.176	-	36.176
Provisão para perdas no PL	-	20.316	-	20.316
Ajuste MTM de derivativos	52.708	-	(25.985)	26.723
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	462.501	258.254	(221.301)	499.454
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	968.263	65.255	-	1.033.518
Total dos créditos tributários	1.430.764	323.509	(221.301)	1.532.972
Obrigações fiscais diferidas (nota 29e)	(7.487)	(35.112)	24.282	(18.317)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.423.277	288.397	(197.019)	1.514.655

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	242.260	193.139	(205.096)	230.303
Provisão para contingências cíveis	32.630	3.422	(17)	36.035
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	159.273	28.834	-	188.107
Provisão para contingências trabalhistas	2.616	946	(84)	3.478
Provisão para contingências tributárias	9.052	698	(434)	9.316
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprios	-	38.566	(1.379)	37.187
Provisão para perdas no PL	-	20.316	-	20.316
Ajuste MTM de derivativos	52.708	-	(25.985)	26.723
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	498.539	285.921	(232.995)	551.465
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.130.856	83.161	-	1.214.017
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos crédito cedidos aos FIDCs	132.546	-	(12.265)	120.281
Total dos créditos tributários	1.761.941	369.082	(245.260)	1.885.763
Obrigações fiscais diferidas (nota 18a)	(204.989)	(49.843)	24.282	(230.550)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.556.952	319.239	(220.978)	1.655.213

Os créditos tributários das empresas dos segmentos financeiros e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (nota 3m).

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no plano de negócios apresentado ao Conselho de Administração, elaborado mediante estudo do cenário atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Banco					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010
2011 (2º sem)	142.885	217.074	40.999	54.665	183.884	271.739
2012	87.258	84.046	31.809	31.809	119.067	115.855
2013	50.385	7.462	72.253	72.253	122.638	79.715
2014	13.510	7.462	93.626	93.626	107.136	101.088
2015	13.511	7.462	113.150	113.150	126.661	120.612
2016	6.754	-	127.822	127.822	134.576	127.822
2017	-	-	144.015	144.015	144.015	144.015
2018	-	-	156.713	156.713	156.713	156.713
2019	-	-	174.210	174.210	174.210	174.210
2020	185.151	138.995	78.921	-	264.072	138.995
Total	499.454	462.501	1.033.518	968.263	1.532.972	1.430.764

Consolidado								
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs		Total	
	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010	Jun/2011	Dez/2010
2011 (2º sem)	149.004	222.991	54.720	68.386	24.368	6.945	228.092	298.322
2012	99.195	89.794	43.865	43.865	7.942	13.931	151.002	147.590
2013	57.139	8.826	101.346	101.346	15.165	22.732	173.650	132.904
2014	15.082	8.827	152.523	152.523	27.136	36.530	194.741	197.880
2015	15.083	8.827	160.748	160.748	32.839	52.408	208.670	221.983
2016	7.538	-	146.955	127.822	10.272	-	164.765	127.822
2017	-	-	144.015	144.015	1.472	-	145.487	144.015
2018	-	-	156.713	156.713	604	-	157.317	156.713
2019	-	-	174.210	175.438	483	-	174.693	175.438
2020	208.424	159.274	78.922	-	-	-	287.346	159.274
Total	551.465	498.539	1.214.017	1.130.856	120.281	132.546	1.885.763	1.761.941

Em 30 de junho de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$878.230 no Banco e R\$1.123.939 no consolidado (R\$834.473 no Banco e R\$1.048.257 no consolidado em 31 de dezembro de 2010).

d) Créditos tributários não ativados

Em 30 de junho de 2011, o Banco Panamericano, possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$1.733.551 e R\$1.733.639 no Consolidado (R\$1.732.674 no Banco Panamericano e R\$1.733.094 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$693.420 no Banco Panamericano e R\$693.450 no Consolidado (R\$693.069 no Banco Panamericano e R\$693.140 no Consolidado em 31 de dezembro de 2010), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas

Banco	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2011
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	7.487	35.112	(24.282)	18.317
Total	7.487	35.112	(24.282)	18.317

Consolidado	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2011
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	7.487	35.112	(24.282)	18.317
Superveniência de depreciação	197.502	14.731	-	212.233
Total	204.989	49.843	(24.282)	230.550

As obrigações fiscais diferidas das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3m).

30) OUTRAS INFORMAÇÕES

- I) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 8.930 (R\$20.062 em 31 de dezembro de 2010).
- II) O resultado não operacional compõe-se de prejuízo na venda e provisão/reversão de bens não de uso próprio no montante de R\$72.058 no Banco e R\$ 70.966 no Consolidado.
- III) O Banco e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.
- IV) Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o Banco e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias.

31) EVENTO SUBSEQUENTE

- a) As dívidas subordinadas relacionadas às tranches com vencimento em 18 de julho de 2016 foram canceladas em razão do resgate total antecipado efetuado pelo Banco Panamericano em 18 de julho de 2011.

- b) O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores das notas sênior com vencimentos em 26 de outubro de 2012 e 04 de agosto de 2015, cujas emissões totalizavam, respectivamente, US\$200 milhões e US\$300 milhões, a opção de resgatar antecipadamente as referidas notas pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27 de junho e 12 de julho de 2011, e teve a adesão de notas com valor total de principal de US\$900 mil na emissão com vencimento em 2012 e US\$11,4 milhões na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27 de julho de 2011.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco Panamericano declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011.

São Paulo, 8 de agosto de 2011

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vice-Presidente

Otto Steiner Junior

Conselheiros

Marcos Roberto Vasconcelos

Marcio Percival Alves Pinto

Fabio Lenza

Renato Pasqualin Sobrinho

Roy Martelanc

Marcos Antonio Macedo Cintra

DIRETORIA

Diretor Superintendente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Iuri Rapoport

Eduardo Nogueira Domeque

Leandro de Azambuja Micotti

Paulo Alexandre da Graça Cunha

Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa

Eliel Teixeira de Almeida

Willy Otto Jordan Neto

Contabilidade Geral e Tributos

Sergio de Jesus

Contador – CRC 1SP198209/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

O Comitê de Auditoria (Comitê) foi instituído objetivando atender as melhores práticas de Governança Corporativa, como, também, cumprir as exigências do Novo Mercado. Sua constituição ocorreu, simultaneamente, com a adaptação do Estatuto Social do Banco, para sua transformação em “empresa aberta”. Compete ao Comitê avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A., o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno das empresas integrantes do Conglomerado, a correspondente observação das políticas, normas e regimentos internos, bem como a observância das exigências legais e regulamentares, do sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna. O presente Comitê é composto por 3 membros eleitos em 06 de dezembro de 2010, sendo seu presidente membro do Conselho de Administração e os outros dois integrantes apontados entre profissionais, totalmente, independentes, inclusive aquele considerado especialista financeiro. Os atuais membros do Comitê de Auditoria substituíram os representantes anteriores, em decorrência das mudanças ocorridas na administração, comentadas na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras. Este Comitê, por ser órgão de suporte direto às decisões do Conselho de Administração, nas questões vinculadas a auditoria e contabilidade, foi simultaneamente modificado.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações financeiras, pelo planejamento e execução das auditorias, conforme normas reconhecidas e seu relatório deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco, com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Auditoria Interna desenvolve sua atuação observando, principalmente, o gerenciamento de riscos, cobertura nas áreas que representam risco mais elevado e apoio ao Comitê de Auditoria.

O Regimento do Comitê de Auditoria encontra-se disponível no site <http://www.panamericano.com.br>, na área de Relações com Investidores.

Atividades do Comitê de Auditoria

As atividades do Comitê desenvolvidas no primeiro semestre de 2011, englobaram características especiais, em função dos procedimentos complementares adotados para a consolidação da correção das inconsistências contábeis e irregularidades adicionais identificadas pela administração que tomou posse em novembro de 2010, como comentado na nota 2 às demonstrações financeiras. Como parte de seus trabalhos, o Comitê realizou 10 reuniões formais, neste período, analisando, inclusive, outros aspectos e informações de interesse do Banco e de suas controladas que foram consideradas relevantes no desenvolvimento de suas funções. Adicionalmente, em reuniões de 13/05 e 08/08/2011 foram analisadas e aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/03/2011 e 30/06/2011, respectivamente. Os resultados dessas reuniões foram discutidos com os membros do Conselho de Administração.

Em abril de 2011, conforme sugestão do Comitê, o Conselho de Administração do Banco Panamericano S.A. procedeu a substituição dos auditores independentes anteriores por PricewaterhouseCoopers, que já foram os auditores externos responsáveis pela revisão das ITRs de 31 de março de 2011. Os processos de avaliação, substituição, seleção e contratação dos auditores independentes foram conduzidos em consonância com as orientações deste Comitê.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, de *compliance* e em suas próprias análises.

Sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos

Durante o primeiro semestre de 2011, o Comitê avaliou, em reuniões com as correspondentes Diretorias, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Banco, com ênfase nos riscos de crédito e de liquidez. O Comitê acompanhou o processo de cessão de créditos, decorrente do acordo firmado com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para recompor seu patrimônio operacional, bem como as cessões de créditos realizadas no âmbito do acordo operacional, celebrado com um dos acionistas integrantes do grupo de controladores – Caixa Econômica Federal (CEF).

O Comitê vem, também, acompanhando os esforços da presente administração no processo de revisão dos padrões de governança, de gerenciamento e administração de riscos, do sistema de controles internos, na implementação de procedimentos de *compliance*, na definição de novos sistemas e modelos de gestão e na segregação de funções, acompanhado de remanejamento e readequação de equipes, inclusive, com a incorporação de novos profissionais advindos do mercado.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações obtidas, considera positivo os esforços que vem sendo desenvolvidos visando garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do conglomerado Panamericano. Adicionalmente, o Comitê, com base nos trabalhos realizados

pelas áreas responsáveis, de *compliance*, pela auditoria interna e pelas auditorias independentes conclui que não foram identificadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação ou das políticas e normas internas e que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A. em 31/12/2010 foi procedida em condições especiais, em função de inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN e de irregularidades adicionais constatadas pela administração que assumiu em novembro daquele exercício, requerendo a preparação de balanço especial de abertura (30 de novembro de 2010), comprometendo a apuração adequada do resultado do exercício de 2010, bem como sua comparabilidade com períodos anteriores. Os trimestres do exercício de 2011, incluindo o do semestre findo em 30/06/2011 e do exercício a findar em 31/12/2011 estão sofrendo e sofrerão o mesmo prejuízo de comparabilidade.

A administração decidiu apresentar os balanços patrimoniais contábeis individuais e consolidados de 30/06/2011, comparativamente com 31/12/2010 e as demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado apenas para o semestre findo em 30/06/2011. O Comitê ratifica o procedimento adotado pela administração enfatizando que, a mera apresentação de demonstrações financeiras em qualquer outro período de 2010 (exceto os balanços patrimoniais de 30/11/2010 e 31/12/2010 e as demais demonstrações complementares referentes ao período de um mês findo em 31 de dezembro daquele exercício) sem a devida implementação dos ajustes necessários para corrigir a parcela das inconsistências e irregularidades relativas ao exercício de 2009 e anteriores, impactaria de forma significativa qualquer comparabilidade com o exercício de 2010 e subsequentes, induzindo o leitor a erro em suas comparações ou análises.

Divulgação de Fato Relevante

Mediante operação financeira complementar, que, contou com o conhecimento do Banco Central do Brasil - BACEN e com o apoio do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, foi aportado, em janeiro de 2011, R\$1,3 bilhão de novos recursos para assumir os prejuízos decorrentes dos ajustes de determinadas inconsistências contábeis identificadas pelo BACEN e de irregularidades adicionais constatadas no exercício de 2010 (notas 2 e 20d). Este novo aporte, com as mesmas características do aporte realizado em novembro de 2010, utilizando-se dos mesmos instrumentos legais, foi creditado em conta de "Depósito de Acionista", destinado a reforçar o equilíbrio patrimonial e a liquidez operacional da instituição. Em 31 de janeiro de 2011, conforme divulgado através de FATO RELEVANTE, ao mercado em geral, o ex-acionista controlador (Grupo Silvio Santos), mediante operação de compra e venda da totalidade de suas ações no capital do Banco Panamericano S.A., comprometeu-se a transferir o controle acionário da instituição para o Banco BTG Pactual S.A. (novo integrante do grupo de controladores). Em 27 de maio

de 2011, conforme Fato Relevante então divulgado, o BTG Pactual concluiu a aquisição da totalidade das ações da Companhia.

Limite Operacional - Acordo da Basileia.

Os ajustes corretivos efetuados pela administração, no mês de novembro e dezembro de 2010, apresentaram reflexos sobre a estrutura de capital do Banco Panamericano S.A. (nota 27), resultando no seu desenquadramento em relação aos limites operacionais regulatórios, evidenciados nas demonstrações financeiras de 31/12/2010. Com o aporte adicional de recursos no valor de R\$1,3 bilhão, realizado em 31 de janeiro de 2011 (nota 20d) e com a realização da operação de Cessão de Direitos Creditórios, sem coobrigação, junto ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC, no montante de R\$3,5 bilhões, foram obtidos os fundos necessários para depósito em conta vinculada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN, sendo reestabelecido o enquadramento nos padrões mínimos de capital e nos limites operacionais, definidos pela Resolução 3.398/06 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Crédito Tributário

O crédito tributário, sobre prejuízos fiscais, foi registrado até o limite considerado recuperável, conforme plano de negócios aprovado anteriormente em reunião do Conselho da Administração. O crédito tributário não registrado monta, aproximadamente, R\$ 700 milhões. O plano de negócios, apresentado ao Conselho de Administração, considera a conjuntura atual e cenários futuros, bem como indicadores macroeconômicos, de produção e de custo de captação, devidamente integrados ao acordo operacional com os acionistas controladores, suportando adequadamente a recuperação desses créditos.

Auditoria Interna e Auditoria Independente

A auditoria interna foi reestruturada, reportando-se ao Comitê de Auditoria. Foram contratados auditores com experiência profissional, inclusive nas áreas de segurança da informação e tecnologia/sistemas, concentrando seus esforços nos trabalhos de cobertura das áreas de risco mais elevado e nas demandas do Comitê de Auditoria. Os resultados destes trabalhos, apresentados durante as reuniões do Comitê, não revelaram a existência de falhas materiais que possam comprometer a solvabilidade da instituição.

O Comitê de Auditoria mantém canal de comunicação permanente com os sócios do auditor independente, responsável por emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Panamericano S.A., tanto através das reuniões formais do Comitê de Auditoria, quanto durante o período em que os trabalhos são realizados, permitindo a seus membros acompanhar as atividades desenvolvidas pela equipe de auditores, a execução do planejamento de auditoria, conhecer as eventuais fragilidades de controle interno por eles identificadas e fundamentar suas conclusões sobre as demonstrações financeiras e sobre os controles internos da Instituição.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas, diretamente pelo Comitê, bem como, fundamentado nas revisões e avaliações, anteriormente mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, dos balanços patrimoniais individual e consolidado, auditados do Banco Panamericano S.A., em 30 de junho de 2011, das demonstrações individual e consolidada do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado do semestre findo em 30 junho de 2011, bem como de suas correspondentes notas explicativas.

O Comitê recomendou, ainda, ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e empresas controladas, em 31/12/2010, auditadas pelos auditores independentes anteriores, em IFRS, conforme Relatório Complementar do Comitê de Auditoria emitido em 13/05/2011, considerando o ajuste a valor presente dos contratos de empréstimo.

São Paulo, 8 de agosto de 2011

Otto Steiner Junior - Presidente

Marcos Wagner da Fonseca

Antonio Carlos Rovai
Especialista Financeiro

**Banco Panamericano S.A. e
Banco Panamericano S.A. e
empresas controladas**

**Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras
30 de junho de 2011**



Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Banco Panamericano S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram apresentadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao primeiro semestre de 2010, dado não ter sido praticável, nas circunstâncias, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requerem que as demonstrações financeiras em 30 de junho, sejam elaboradas de forma comparativa com igual período anterior.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Panamericano S.A. e do Banco Panamericano S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidadas para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Limites Operacionais Regulatórios

A nota 27 esclarece que em decorrência da contabilização dos ajustes sobre a posição patrimonial de 30 de novembro de 2010, os limites operacionais regulatórios na data-base de 31 de dezembro de 2010 encontravam-se desenquadrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Durante o primeiro semestre de 2011 foram aportados recursos, no valor de R\$ 1.300 milhões (nota 20 (d)) e também vinculados em garantia títulos públicos, no valor de R\$ 463 milhões (nota 7 (a)) de forma a atender aos limites operacionais regulatórios mínimos. A Administração do Banco, em conjunto com seus acionistas, entende que as alterações societárias e as medidas operacionais e financeiras que estão sendo adotadas (nota 1), contribuem positivamente sobre a estrutura de liquidez e cumprimento do capital regulatório do Banco para manutenção dos limites operacionais. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 29, existem em 30 de junho de 2011 créditos tributários ativos reconhecidos com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, que incluem estudo da conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas nas referidas projeções. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.



Banco Panamericano S.A.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pela ausência de apresentação de forma comparativa com igual período anterior, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria de informações comparativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas mencionadas no parágrafo de introdução incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, obtidas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período findo naquela data. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram opinião com ressalva quanto à ausência de apresentação de demonstrações financeiras comparativas e ênfases quanto aos mesmos assuntos mencionados nos parágrafos de ênfase acima, com data de 14 de fevereiro de 2011.

São Paulo, 10 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0